



**RESUMO TÉCNICO
CENSO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA 2017**

**DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS
EDUCACIONAIS
DEED**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | MEC

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | INEP

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS | DEED



RESUMO TÉCNICO
CENSO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA 2017

BRASÍLIA-DF
INEP/MEC
2019



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS (DEED)

Carlos Eduardo Moreno Sampaio

COORDENAÇÃO-GERAL DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (CGCEB)

Célia Cristina de Souza Gedeon Araújo

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE QUALIDADE E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO (CGCQTI)

Fábio Pereira Bravin

EQUIPE TÉCNICA DA COORDENAÇÃO DE INDICADORES E CONTROLE DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Vitor Passos Camargos

Julio Cesar de Lima Filgueiras

Lais Raiane Miguel Amaral

Lana Torres Barreto

Raphael Igor da Silva Correa Dias

Vanessa Nespoli de Oliveira

COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

REVISÃO

Mariana Fernandes dos Santos

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Aline do Nascimento Pereira

PROJETO GRÁFICO E CAPAS

Marcos Hartwich

DIAGRAMAÇÃO

Aline da Silva Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Resumo Técnico : Censo da Educação Básica 2017 [recurso eletrônico]. – Brasília :
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

56 p. : il.

ISBN 978-65-81041-03-8

1. Educação- Brasil. 2. Educação Básica. I. Título.

CDU 31:37(81)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
1 RESULTADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2017	12
1.1 MATRÍCULAS	13
1.1.1 Visão geral	13
1.1.2 Educação infantil	16
1.1.3 Ensino fundamental.....	18
1.1.4 Ensino médio	21
1.1.5 Educação de jovens e adultos.....	24
1.1.6 Educação profissional	27
1.1.7 Educação especial	29
1.2 DOCENTES	32
1.2.1 Visão geral	32
1.2.2 Educação infantil	32
1.2.3 Ensino fundamental.....	33
1.2.4 Ensino médio	37
1.2.5 Pós-graduação e formação continuada no Plano Nacional de Educação (PNE)	38
1.3 ESCOLAS	39
1.3.1 Visão geral	40
1.3.2 Educação Infantil	42
1.3.3 Ensino fundamental.....	43
1.3.4 Ensino médio	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
GLOSSÁRIO.....	51

LISTA DE ILUSTRAÇÕES



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Total de matrículas na educação básica, segundo a rede de ensino – Brasil – 2013-2017	13
GRÁFICO 2	Percentual de matrículas na educação básica, segundo dependência administrativa – Brasil – 2017	14
GRÁFICO 3	Número de matrículas na educação básica, segundo dependência administrativa e localização da escola – Brasil – 2017	14
GRÁFICO 4	Taxa de distorção idade-série por etapas dos ensinos fundamental e médio, segundo sexo – Brasil – 2017	15
GRÁFICO 5	Percentual de matrículas por cor/raça, segundo etapas de ensino – Brasil – 2017	15
GRÁFICO 6	Evolução do número de matrículas na educação infantil, segundo etapas de ensino – Brasil – 2013-2017	16
GRÁFICO 7	Percentual de matrículas na educação infantil, segundo dependência administrativa (rede privada separada em conveniada e não conveniada com a rede pública) – Brasil – 2013-2017	16
GRÁFICO 8	Número de matrículas na creche e na pré-escola, segundo dependência administrativa e localização da escola – Brasil – 2017	17
GRÁFICO 9	Percentual de matrículas em tempo integral na creche e na pré-escola – Brasil – 2013-2017	17
GRÁFICO 10	Matrículas no ensino fundamental – Brasil – 2013-2017	18

GRÁFICO 11	Percentual de matrículas nos anos iniciais, segundo dependência administrativa (rede privada separada em conveniada e não conveniada com a rede pública) – Brasil – 2013-2017.....	18
GRÁFICO 12	Percentual de matrículas nos anos finais, segundo dependência administrativa (rede privada separada em conveniada e não conveniada com a rede pública) – Brasil – 2013-2017.....	19
GRÁFICO 13	Número de matrículas no ensino fundamental, segundo dependência e localização da escola – Brasil – 2017.....	19
GRÁFICO 14	Taxa de distorção idade-série na rede pública por série do ensino fundamental, segundo sexo – Brasil – 2017.....	20
GRÁFICO 15	Taxa de distorção idade-série na rede privada por série do ensino fundamental, segundo sexo – Brasil – 2017.....	20
GRÁFICO 16	Percentual de matrículas em tempo integral no ensino fundamental, segundo rede de ensino – Brasil – 2013-2017.....	21
GRÁFICO 17	Número de matrículas no ensino médio (total, integrado e não integrado à educação profissional) – Brasil – 2013-2017.....	22
GRÁFICO 18	Percentual de matrículas na educação infantil, segundo dependência administrativa (rede privada separada em conveniada e não conveniada com a rede pública) – Brasil – 2013-2017.....	22
GRÁFICO 19	Número de matrículas no ensino médio, segundo dependência administrativa e localização da escola – Brasil – 2017.....	23
GRÁFICO 20	Taxa de distorção idade-série do ensino médio, por rede de ensino e sexo – Brasil – 2017.....	23
GRÁFICO 21	Proporção de matrículas de alunos em tempo integral no ensino médio, por rede de ensino – Brasil – 2017.....	24
GRÁFICO 22	Número de matrículas na educação de jovens e adultos – Brasil – 2013-2017.....	25
GRÁFICO 23	Número de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio, segundo dependência administrativa e localização da escola – Brasil – 2017.....	25
GRÁFICO 24	Número de matrículas na educação de jovens e adultos, segundo faixa etária e sexo – Brasil – 2017.....	26
GRÁFICO 25	Percentual de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio, segundo cor/raça – Brasil – 2017.....	26
GRÁFICO 26	Número de matrículas na educação profissional – Brasil – 2017.....	27
GRÁFICO 27	Número de matrículas na educação profissional, segundo dependência administrativa e localização da escola – Brasil – 2017.....	28
GRÁFICO 28	Número de matrículas na educação profissional, segundo faixa etária e sexo – Brasil – 2017.....	28

GRÁFICO 29	Número de matrículas na educação profissional, segundo cor/raça – Brasil – 2017	29
GRÁFICO 30	Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo etapa de ensino – Brasil – 2013-2017	29
GRÁFICO 31	Percentual de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades que estão incluídos em classes comuns, segundo etapa de ensino – Brasil – 2013-2017	30
GRÁFICO 32	Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns, com e sem atendimento educacional especializado (AEE), ou classes especiais exclusivas – Brasil – 2017	31
GRÁFICO 33	Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, por dependência administrativa em classes comuns e em classes especiais exclusivas – Brasil – 2017	31
GRÁFICO 34	Evolução do número de docentes, por etapa de ensino – Brasil – 2013-2017 ...	32
GRÁFICO 35	Escolaridade dos docentes na educação infantil – Brasil – 2013-2017	33
GRÁFICO 36	Escolaridade dos docentes dos anos iniciais do ensino fundamental – Brasil – 2013-2017	33
GRÁFICO 37	Indicador de Adequação da Formação Docente para os anos iniciais do ensino fundamental – Brasil – 2017	34
GRÁFICO 38	Escolaridade dos docentes dos anos finais do ensino fundamental – Brasil – 2013-2017	35
GRÁFICO 39	Indicador de Adequação da Formação Docente para os anos finais do ensino fundamental – Brasil – 2017	36
GRÁFICO 40	Escolaridade dos docentes do ensino médio – Brasil – 2013-2017	37
GRÁFICO 41	Indicador de Adequação da Formação Docente para o ensino médio – Brasil – 2017	37
GRÁFICO 42	Percentual de professores da educação básica com pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i> (Indicador 16A – Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE) – Brasil – 2013-2017	39
GRÁFICO 43	Percentual de docentes com formação continuada (Indicador 16B – Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE) – Brasil – 2013-2017	39
GRÁFICO 44	Percentual de escolas, por dependência administrativa – Brasil – 2017	40
GRÁFICO 45	Número de escolas, por oferta de etapa de ensino – Brasil – 2017	41
GRÁFICO 46	Evolução do número de escolas da educação infantil – Brasil – 2013-2017	42
GRÁFICO 47	Recursos relacionados à infraestrutura disponível nas escolas de educação infantil – Brasil – 2013 a 2017	43

GRÁFICO 48	Evolução do número de escolas do ensino fundamental (anos iniciais e anos finais) – Brasil – 2013-2017	43
GRÁFICO 49	Número de escolas do ensino fundamental (anos iniciais e anos finais), por dependência administrativa – Brasil – 2017	44
GRÁFICO 50	Proporção de escolas de ensino fundamental segundo o tipo de destinação dos resíduos sólidos, de acordo com a localização – Brasil – 2017	45
GRÁFICO 51	Recursos relacionados à infraestrutura disponível nas escolas de ensino fundamental – Brasil – 2017	46
GRÁFICO 52	Evolução do número de escolas de ensino médio, por rede (pública ou privada) – Brasil – 2013-2017	46
GRÁFICO 53	Percentual de escolas de ensino médio, por dependência administrativa – Brasil – 2017.....	47
GRÁFICO 54	Recursos relacionados à infraestrutura disponível nas escolas de ensino médio – Brasil – 2017.....	48

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou equivalente) na mesma área da disciplina (Grupo 1 do Indicador de Adequação da Formação Docente) nos anos iniciais, por município – Brasil – 2017	35
FIGURA 2	Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (Grupo 1 do Indicador de Adequação da Formação Docente) nos anos finais, por município – Brasil – 2017.....	36
FIGURA 3	Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (Grupo 1 do Idicador de Adequação da Formação Docente) no ensino médio, por município – Brasil – 2017	38
FIGURA 4	Percentual de escolas de pequeno porte (até 50 matrículas), por município – Brasil – 2017	40
FIGURA 5	Percentual de escolas, por município, que apresentam biblioteca/sala de leitura – Brasil – 2017	41
FIGURA 6	Percentual de escolas de ensino fundamental, por município, sem sistema de esgoto sanitário – Brasil – 2017	44
FIGURA 7	Percentual de escolas de ensino médio, por município, com rede pública de abastecimento de água – Brasil – 2017	47



APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Estatísticas Educacionais tem a satisfação de disponibilizar para a sociedade o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2017. Esta publicação compõe o conjunto de instrumentos de divulgação dos resultados da pesquisa e, assim como os demais instrumentos, foi elaborada para fazer cumprir a finalidade institucional de disseminar as estatísticas, os indicadores e os resultados das avaliações, dos estudos, da documentação e dos demais produtos de seus sistemas de informação (Brasil, 2007).

Sua elaboração considerou os princípios da imparcialidade, objetividade, acessibilidade e transparência, constantes dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UN, 2014) e incorporados como princípios fundamentais e de boas práticas que são orientadores da produção e divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (Brasil. Inep, 2017); efetivando também os princípios constitucionais da administração pública, de impessoalidade, publicidade e eficiência (Brasil, 1988, art. 37).

As informações aqui apresentadas, resultantes do Censo Escolar da Educação Básica de 2017, revelam o panorama atual da educação básica no País, com algumas estatísticas sendo apresentadas em série histórica, o que também possibilita traçar algumas tendências da área. Este volume está organizado em seções que apresentam o quantitativo e as características gerais das principais estatísticas da educação básica brasileira (matrículas, docentes e escolas) distribuídas para as diferentes etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais e anos finais, ensino médio, educação profissional e educação de jovens e adultos).

Este resumo técnico foi pensado para ser um documento de referência geral e consulta rápida para gestores dos sistemas de ensino; técnicos dos órgãos de gestão da política

educacional no âmbito federal, estadual e municipal; estudantes e acadêmicos de graduação e pós-graduação; pesquisadores; e demais interessados. Contudo, por sua divulgação e organização sistemáticas, também tem o potencial de orientar análises mais detalhadas sobre temas específicos relacionados ao sistema educacional brasileiro, que poderão ser desenvolvidas a partir dos demais produtos de divulgação, entre eles, a sinopse estatística da educação básica e os microdados públicos da pesquisa.

Cabe-nos, neste momento, agradecer de forma especial a todos que, direta ou indiretamente, participaram da pesquisa, pois realizar tarefa tão grande quanto as dimensões continentais do Brasil, tão desafiadora quanto a diversidade e as desigualdades que se expressam neste mesmo território, e em tão justo prazo, não seria possível sem a efetivação de um processo coordenado de participação e cooperação que efetiva e materializa o pacto federativo nacional, no qual os entes federados autônomos (União, estados e municípios), além das escolas (públicas e privadas), atuam de forma colaborativa para que o País e a sociedade brasileira conheçam em números, por meio das estatísticas oficiais, o tamanho do esforço empreendido para se garantir o direito à educação de qualidade para todos os brasileiros e os desafios vivenciados cotidianamente neste trabalho.

Diretoria de Estatísticas Educacionais



INTRODUÇÃO

O Censo Escolar é um levantamento estatístico anual, coordenado pelo Inep e realizado em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação e as escolas públicas e privadas de todo o País. A pesquisa proporciona a obtenção de estatísticas das condições de oferta e atendimento do sistema educacional brasileiro, na educação básica, reunindo informações sobre todas as suas etapas e modalidades de ensino, e compondo um quadro detalhado sobre os alunos, os profissionais escolares em sala de aula, as turmas e as escolas. Os dados e as informações apuradas pela pesquisa subsidiam a operacionalização de importantes políticas públicas, programas governamentais e ações setoriais nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

A declaração das informações escolares ao Censo Escolar é obrigatória para todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica no País e deve ser feita com base nos documentos administrativos das escolas e redes de ensino, tendo por referência a situação observada na última quarta-feira do mês de maio. A coleta de dados é realizada por meio do Educacenso, um sistema eletrônico que possibilita que os formulários da pesquisa sejam preenchidos diretamente pelos usuários (informantes) ou por meio de processo de migração de dados de forma automática, a partir dos sistemas próprios de gestão escolar das escolas e redes de ensino. Portanto, trata-se de um levantamento estatístico com base na coleta indireta de informações documentais por meio de um questionário eletrônico autopreenchido.

Anualmente, o Inep, no seu esforço de coordenação, desenvolve um conjunto de atividades de preparação da pesquisa, treinamento dos diferentes atores participantes da operação estatística, desenvolvimento de ferramentas e material de referência, verificação e tratamento de dados e divulgação dos resultados para que os prazos estabelecidos na legislação em vigor e os requisitos dos processos de qualidade sejam cumpridos.

A partir da data de referência da pesquisa, diferentes atores nas secretarias de educação municipais e estaduais e os informantes nas escolas se mobilizam em seus locais de atuação para prestarem as informações requeridas e atuarem nas diferentes fases da pesquisa. Durante a coleta, os dados são acompanhados pela equipe técnica do Inep e passam por processos de consistência e validação.

Ao final do período oficial de coleta, consolidam-se as informações preliminares, as quais passam, ainda, por um período de verificação, validação e retificação pelos informantes e gestores das escolas e redes de ensino. Por fim, os dados são tratados pela equipe do Inep e sistematizados para publicação oficial dos resultados e para comunicação aos diferentes perfis de usuários da informação estatística, ainda dentro do mesmo ano de referência da pesquisa.

Em 2017, a data de referência da pesquisa foi o dia 31 de maio. Contamos com a colaboração ativa de equipes coordenadoras do Censo nas 27 secretarias estaduais de educação na coordenação do processo nos respectivos territórios, e cerca de 155 mil usuários acessaram o sistema eletrônico de coleta. Participaram do levantamento mais de 236 mil estabelecimentos de ensino de educação básica, que informaram mais de 48,6 milhões de matrículas, distribuídas em cerca de 2,16 milhões de turmas, e mais de 2,19 milhões de docentes em sala de aula.

Os resultados do levantamento estatístico censitário das escolas de educação básica do ano de 2017 seguem apresentados neste documento em forma de um sumário executivo nacional, consolidando e encerrando a entrega à sociedade dos produtos de divulgação dos resultados desta edição da pesquisa. Sem a pretensão de exaurir as possibilidades de análise, esperamos que a leitura deste documento desvele linhas de análise e investigação que poderão ser trilhadas a partir de outros produtos mais amplos, os quais possibilitam análises pormenorizadas e em trajetória sobre características mais específicas do sistema de ensino e para diferentes níveis e agregação territorial, até o nível da escola. Assim, convidamos o leitor mais assíduo para conhecer e explorar os demais instrumentos e ferramentas de divulgação das estatísticas e dos dados da pesquisa disponíveis no site do Inep, como as planilhas dos indicadores educacionais derivados da pesquisa, a sinopse estatística da educação básica, os microdados da pesquisa, entre outros.

1 RESULTADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2017

Serão apresentados, a seguir, os principais resultados do Censo da Educação Básica. Os dados estão divididos em “matrículas”, “docentes” e, por fim, “escolas”. São apresentadas, em todas as subseções, informações a respeito das diferenças entre dependências administrativas; localização; dados relativos ao ensino integral; alunos incluídos; formação dos docentes; e outros indicadores educacionais.

1.1 MATRÍCULAS

Nesta subseção, são apresentados os dados de matrículas da educação básica. Apresenta-se, primeiramente, uma visão geral das matrículas no Brasil com dados de 2013 a 2017 e, em seguida, agregações por etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e educação especial.

1.1.1 Visão geral

No ano de 2017, foram registradas 48,6 milhões de matrículas nas 184,1 mil escolas de educação básica no Brasil, 1,4 milhões a menos em comparação com o ano de 2013, o que corresponde a uma redução de 2,9% no total de matrículas (Gráfico 1).

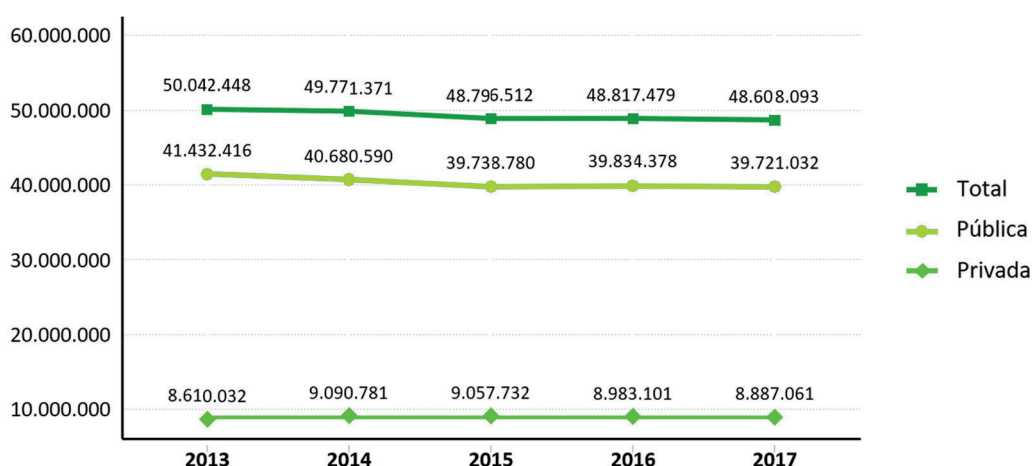


GRÁFICO 1 Total de matrículas na educação básica, segundo a rede de ensino – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Ao avaliar a distribuição das matrículas por dependência administrativa, percebe-se uma maior dominância da rede municipal, que detém 47,5% das matrículas na educação básica, 0,7 pontos percentuais (p.p.) a mais do que em 2016. A rede estadual, que foi responsável por 33,4% das matrículas da educação básica em 2017, é a segunda maior. A rede privada tem uma participação de 18,3% e a federal tem uma participação inferior a 1% do total de matrículas na educação básica (Gráfico 2).

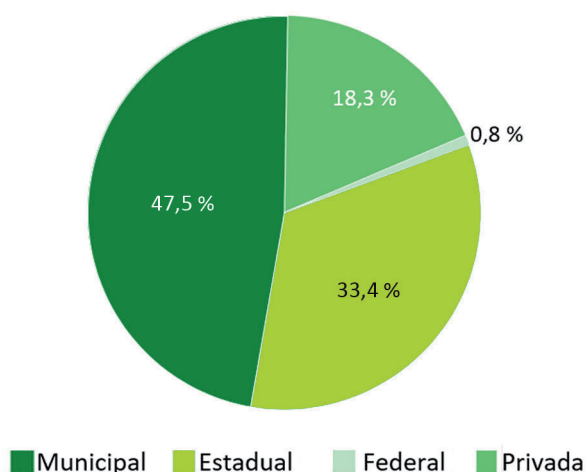


GRÁFICO 2 Percentual de matrículas na educação básica, segundo dependência administrativa – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Em relação à localização, as matrículas da educação básica são encontradas, majoritariamente, na área urbana (88,5%). Na rede privada, 99,1% das matrículas estão em escolas urbanas. Em relação à rede pública, a rede municipal é a que apresenta a maior proporção de matrículas em escolas rurais (19,9%), seguida da rede estadual, com 5,1% das matrículas (Gráfico 3).

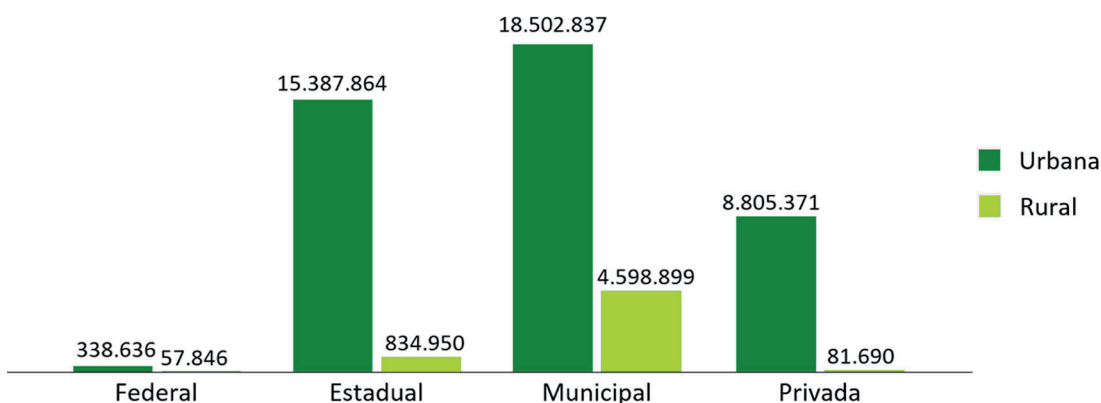


GRÁFICO 3 Número de matrículas na educação básica, segundo dependência administrativa e localização da escola – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Quando avaliado o percentual de matrículas com distorção idade-série em classes regulares não exclusivas de alunos com deficiência, nota-se um maior quantitativo a partir do 6º ano do ensino fundamental e se acentua também na 1ª série do ensino médio. A taxa de distorção idade-série alcança 25,9% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental e

28,2% das matrículas do ensino médio. Além disso, a proporção de alunos do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é maior do que do sexo feminino em todas as etapas de ensino. A maior diferença entre os sexos é observada no sexto ano do ensino fundamental, onde a taxa de distorção idade-série é 33,2% para o sexo masculino e 20,7% para o sexo feminino (Gráfico 4).

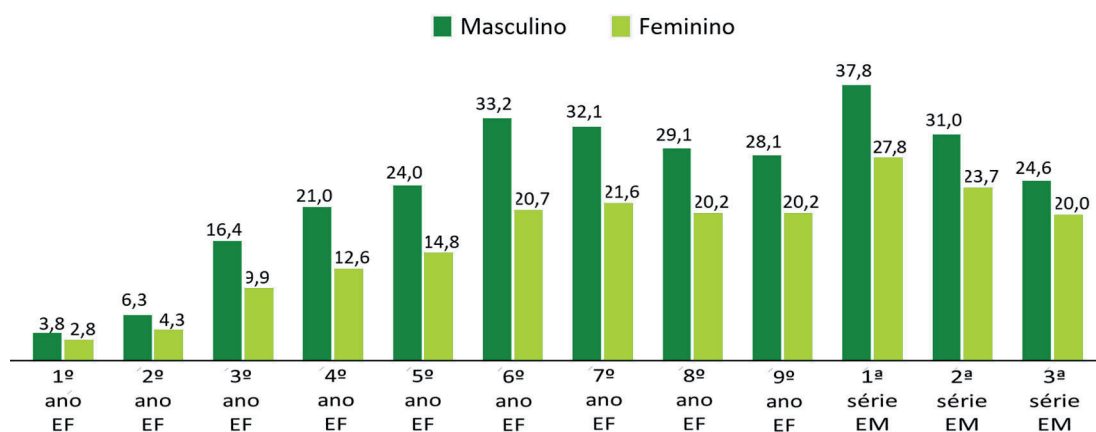


GRÁFICO 4 Taxa de distorção idade-série por etapas dos ensinos fundamental e médio, segundo sexo – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Com relação à cor/raça, percebe-se que as maiores proporções de alunos de cor/raça branca são identificadas na creche (55,8%) e na educação profissional concomitante ou subsequente (51,9%), representando mais da metade dos alunos dessas etapas. Por outro lado, pretos e pardos são maioria nas demais etapas de ensino, em especial na educação de jovens e adultos (EJA), onde representam 72,0% dos alunos. A ausência da informação de cor/raça ainda alcança 25,0% em cada uma das etapas da educação básica. (Gráfico 5).

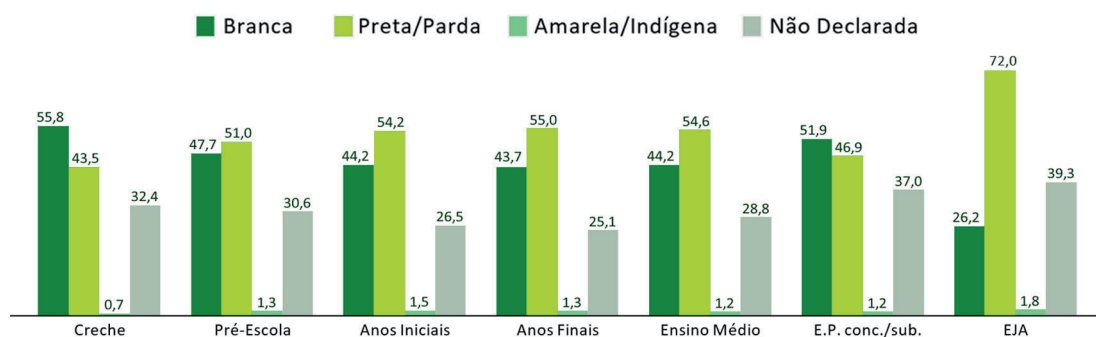


GRÁFICO 5 Percentual de matrículas por cor/raça, segundo etapas de ensino – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.1.2 Educação infantil

Histórico

O número de matrículas na educação infantil cresceu 11,8% de 2013 a 2017, atingindo 8,5 milhões em 2017. Esse crescimento foi decorrente, principalmente, do aumento das matrículas da creche. Enquanto o total de matrículas da pré-escola se manteve praticamente estável entre 2013 e 2017, apresentando alta de 4,8%, as matrículas de creche aumentaram 24,5% no mesmo período (Gráfico 6).

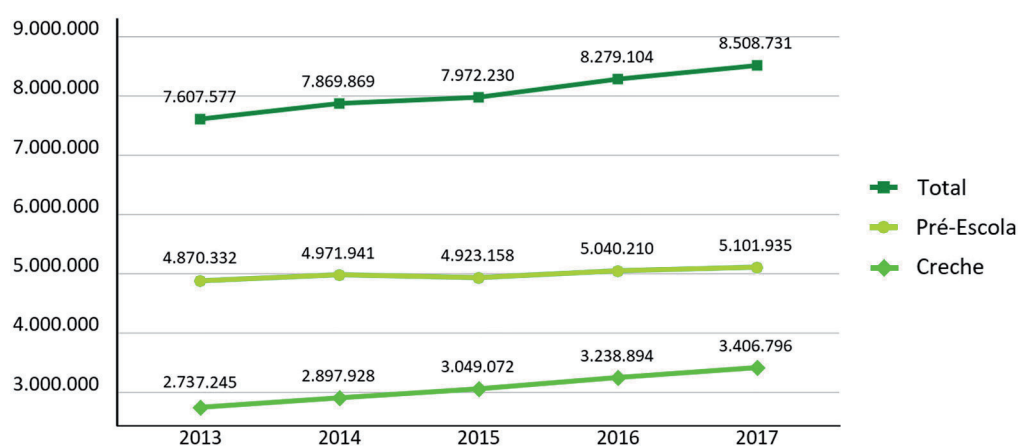


GRÁFICO 6 Evolução do número de matrículas na educação infantil, segundo etapas de ensino – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

As redes municipal e privada apresentam a maior participação na educação infantil, com 71,5% e 27,8% das matrículas, respectivamente. Das matrículas da rede privada, 33,2% estão em instituições privadas, confessionais e filantrópicas conveniadas com o poder público. De 2013 a 2017, a participação das redes permaneceu praticamente estável (Gráfico 7).

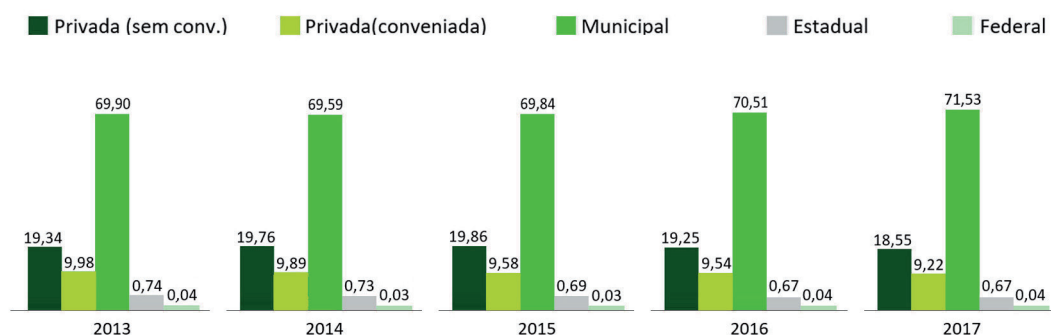


GRÁFICO 7 Percentual de matrículas na educação infantil, segundo dependência administrativa (rede privada separada em conveniada e não conveniada com a rede pública) – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Dependência administrativa e localização da escola

Com relação à localização, observa-se que 10,8% das matrículas da educação infantil estão em escolas da zona rural. Percebe-se também que, na creche, 97,0% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. Enquanto as matrículas de pré-escola na zona rural representam 13,7% das matrículas, esse valor alcança apenas 6,5% das matrículas de creche (Gráfico 8)

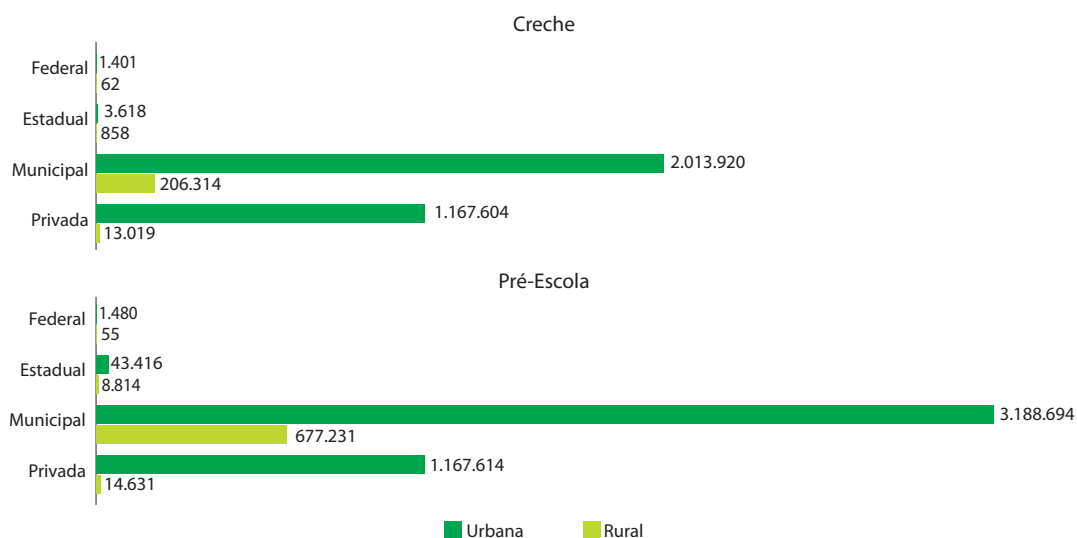


GRÁFICO 8 Número de matrículas na creche e na pré-escola, segundo dependência administrativa e localização da escola – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Tempo integral

O percentual de matrículas em tempo integral da creche foi de 57,9%, mantendo-se estável em relação a 2016, embora tenha apresentado redução de 1,2 p.p. em relação a 2013. Já na pré-escola, o percentual passou de 10,9%, em 2016, para 11,5%, em 2017, mas avaliando a série histórica, percebe-se certa estabilidade nos últimos anos (Gráfico 9).

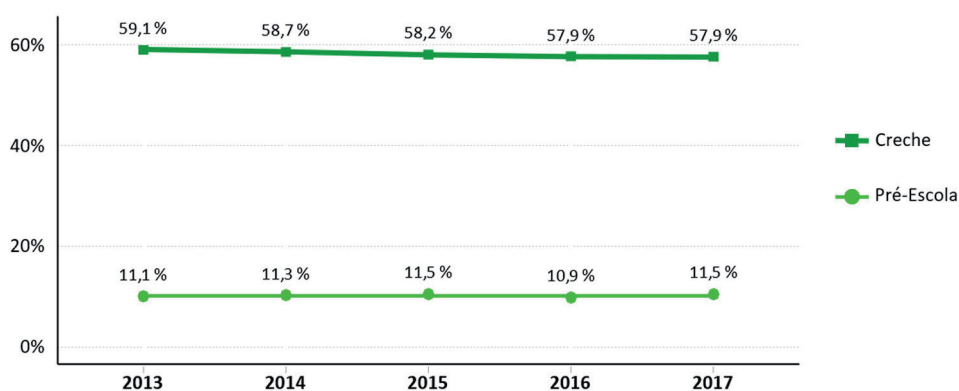


GRÁFICO 9 Percentual de matrículas em tempo integral na creche e na pré-escola – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.1.3 Ensino fundamental

Histórico

Em 2017, foram registradas 27,3 milhões de matrículas no ensino fundamental. Esse valor é 6,3% menor do que o número de matrículas registrado para o ano de 2013. A queda foi mais intensa no número de matrículas dos anos finais do que nos anos iniciais. Enquanto os anos iniciais apresentaram uma redução de 3,5% no total de matrículas entre 2013 e 2017, os anos finais apresentaram uma redução de 9,7% no mesmo período (Gráfico 10).

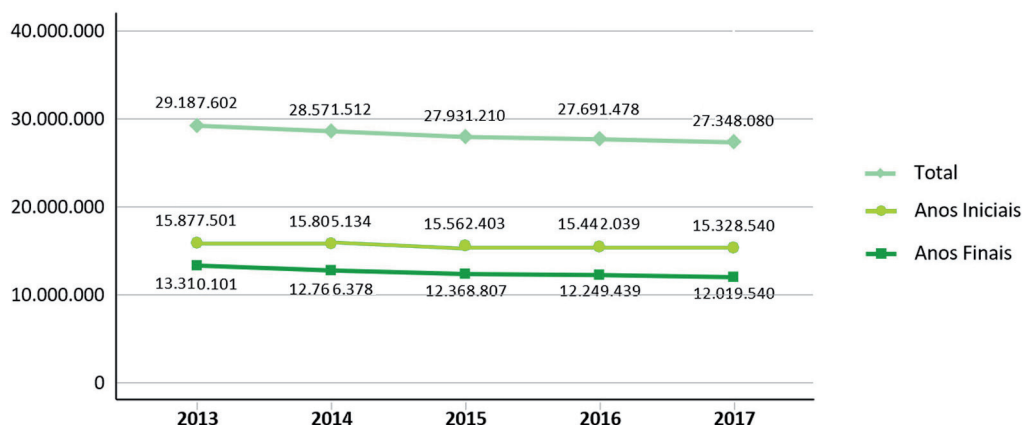


GRÁFICO 10 Matrículas no ensino fundamental – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a rede municipal apresenta a maior participação, com 68% das matrículas, sendo seguida pelas redes privada (composta por 16,5% da rede privada não conveniada e 1,8% da conveniada) e estadual (13,6%). Em relação às matrículas da rede pública, o percentual de matrículas da rede municipal se manteve estável entre 2013 e 2017, enquanto isso, observou-se uma redução de 1,7 p.p. nas matrículas da rede estadual. Na rede privada, houve uma redução de 0,7 p.p. nas matrículas das escolas privadas conveniadas. Por outro lado, a participação das matrículas nas escolas privadas não conveniadas aumentou 2,3 p.p (Gráfico 11).

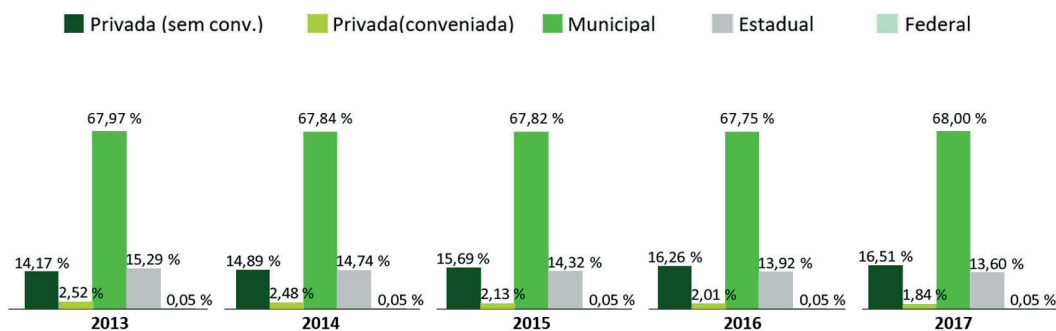


GRÁFICO 11 Percentual de matrículas nos anos iniciais, segundo dependência administrativa (rede privada separada em conveniada e não conveniada com a rede pública) – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, diferentemente do que foi observado nos últimos anos, a rede municipal possui a maior participação, com 42,7% das matrículas, sendo seguida pelas redes estadual (42,3%) e privada (15,0%). Em relação às matrículas da rede pública, o percentual de matrículas da rede municipal aumentou 2,2 p.p. entre 2013 e 2017, enquanto isso, observou-se uma redução de 3,5 p.p. nas matrículas da rede estadual, que historicamente eram maiores do que as da rede municipal. Na rede privada, houve uma redução de 0,5 p.p. no percentual de matrículas das escolas conveniadas com a rede pública e um crescimento de 1,9 p.p. das escolas não conveniadas (Gráfico 12).

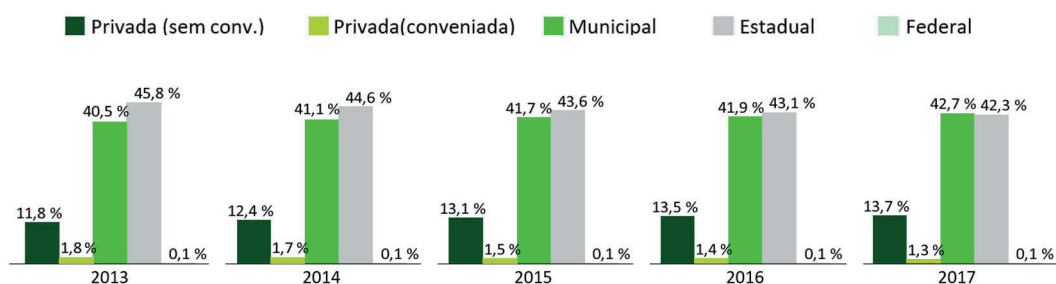


GRÁFICO 12 Percentual de matrículas nos anos finais, segundo dependência administrativa (rede privada separada em conveniada e não conveniada com a rede pública) – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Dependência administrativa e localização da escola

Ao avaliar como o número de matrículas do ensino fundamental está distribuído em relação à localização, observa-se que a maioria das matrículas (86,0%) do ensino fundamental está localizada em escolas urbanas. Além disso, 99,0% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. Proporcionalmente, existe um maior número de matrículas na zona rural nos anos iniciais (15,6%) do que nos anos finais (11,9%), conforme pode ser observado no Gráfico 13.

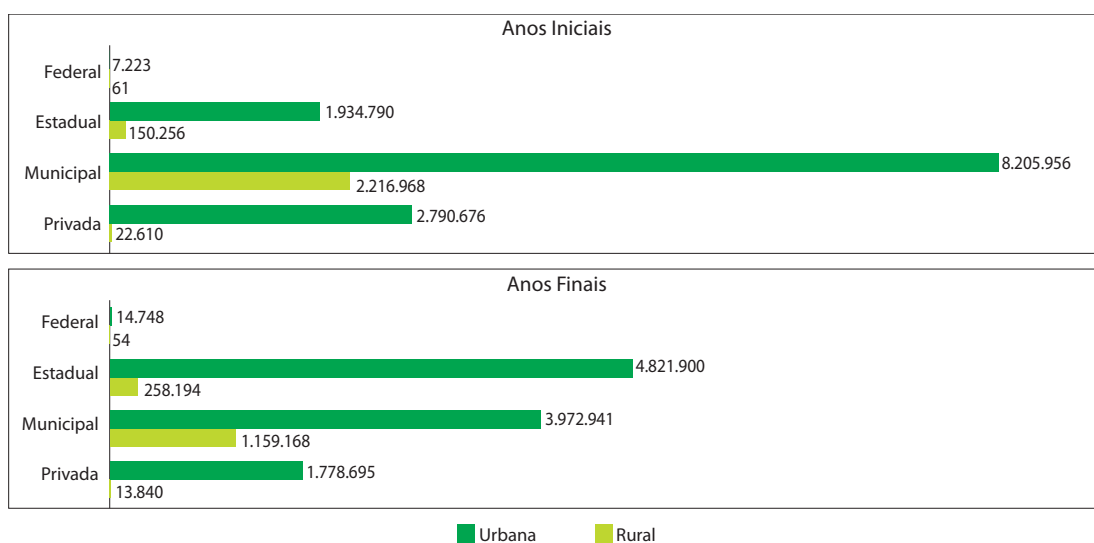


GRÁFICO 13 Número de matrículas no ensino fundamental, segundo dependência e localização da escola – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Distorção idade-série

A taxa de distorção idade-série do ensino fundamental da rede pública, que apresenta tendência de queda, passou de 21,2%, em 2016, para 20,7%, em 2017. No ensino fundamental, as maiores taxas de distorção da rede pública são encontradas para o 6º, 7º e 8º ano, com taxas de 30,9%, 30,5% e 27,8%, respectivamente. Na rede pública, os alunos do sexo masculino apresentam taxas de distorção idade-série maiores para todos os anos do ensino fundamental em relação às alunas. A maior discrepância na taxa de distorção é observada no 6º ano, que apresenta uma diferença de 13,7 p.p. (Gráfico 14).

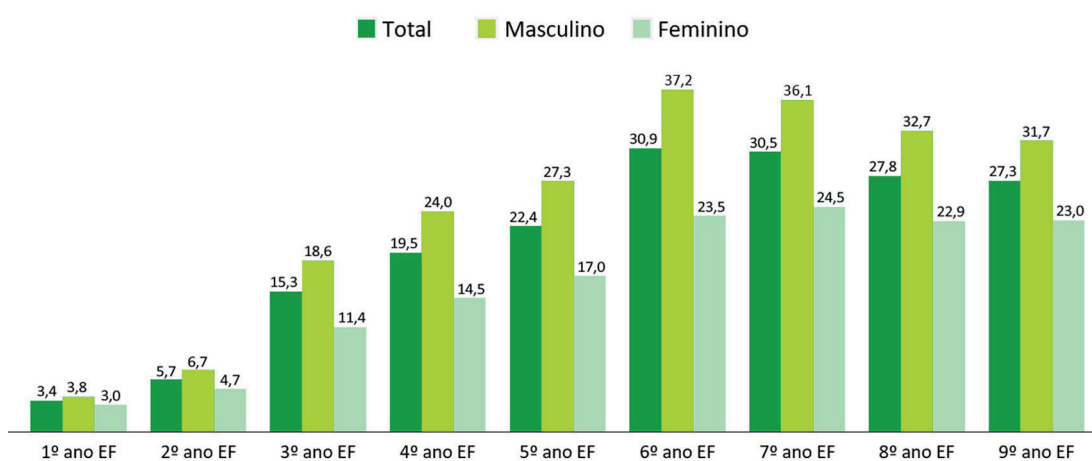


GRÁFICO 14 Taxa de distorção idade-série na rede pública por série do ensino fundamental, segundo sexo – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

A taxa de distorção idade-série do ensino fundamental da rede privada é inferior e menos variável do que a da rede pública. Diferentemente da rede pública, as maiores taxas de distorção são encontradas para o 7º, 8º e 9º ano, com taxas de 6,8%, 6,9% e 7,2%, respectivamente. Similarmente ao observado para a rede pública, os alunos do sexo masculino, matriculados na rede privada, apresentam maiores taxas de distorção idade-série para todos os anos do ensino fundamental em comparação com as alunas. A maior discrepância na taxa de distorção é observada no 9º ano, que apresenta uma diferença de 3,9 p.p. (Gráfico 15).

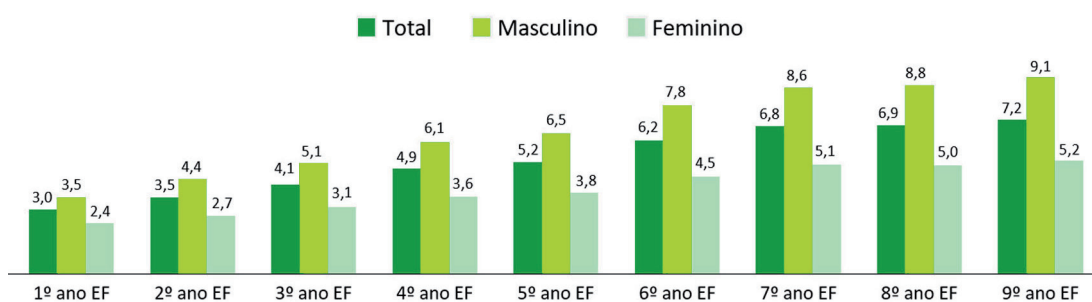


GRÁFICO 15 Taxa de distorção idade-série na rede privada por série do ensino fundamental, segundo sexo – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Tempo Integral

Em 2017, 13,9% dos matriculados no ensino fundamental permaneceram sete horas diárias ou mais em atividades escolares, o que os caracteriza como alunos de tempo integral. Em 2016, ano em que houve uma queda nesse indicador, o percentual foi de 9,1%. A proporção de matrículas de tempo integral é substancialmente menor na rede privada do que na rede pública, representando apenas 2,1% das matrículas da primeira (Gráfico 16).

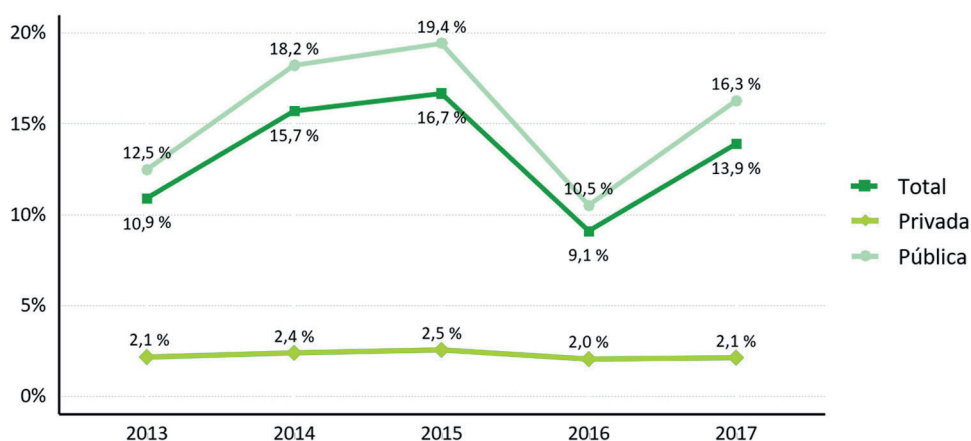


GRÁFICO 16 Percentual de matrículas em tempo integral no ensino fundamental, segundo rede de ensino – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.1.4 Ensino médio

Histórico

Em 2017, foram registradas 7,9 milhões de matrículas no ensino médio. O total de matrículas dessa etapa segue tendência de queda nos últimos anos, o que se deve tanto à redução da entrada proveniente do ensino fundamental (a matrícula do 9º ano teve queda de 14,2% de 2013 a 2017) quanto à melhoria no fluxo no ensino médio (a taxa de aprovação do ensino médio subiu 2,8 p.p. de 2012 a 2016). Nesse período, o número total de matrículas do ensino médio reduziu 4,6%. No sentido contrário, a matrícula integrada à educação profissional cresceu 20,8% no último ano, passando de 458.663, em 2013, para 554.319 matrículas, em 2017 (Gráfico 17).

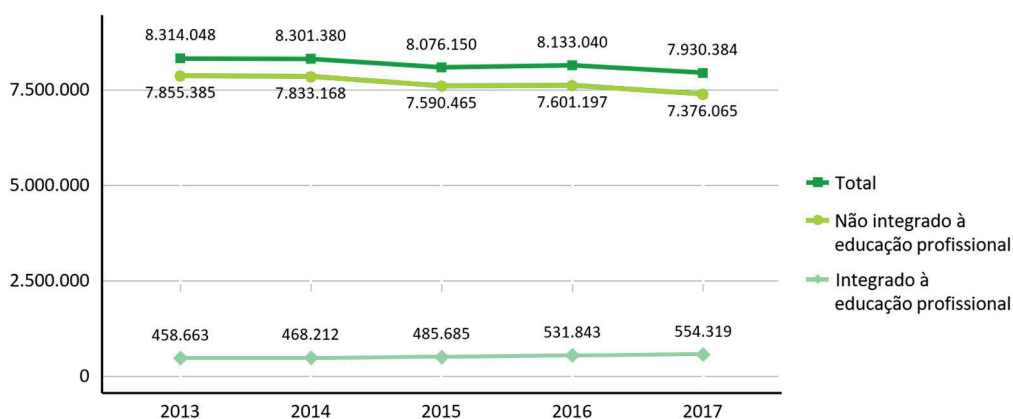


GRÁFICO 17 Número de matrículas no ensino médio (total, integrado e não integrado à educação profissional) – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

A rede estadual possui a maior participação no ensino médio, com 84,8% das matrículas, seguida pela rede privada (12,2%). Apesar de ser a etapa de maior expressão da rede federal, sua participação é de apenas 2,4% das matrículas. O percentual de matrículas da rede estadual se manteve estável entre 2013 e 2017, enquanto isso, observou-se um aumento de 0,7 p.p. na participação das matrículas da rede federal. No mesmo período, observa-se ainda uma redução de 0,8 p.p. na participação das matrículas das escolas privadas conveniadas. A matrícula total nas escolas privadas se manteve praticamente estável em relação ao ano de 2016 (Gráfico 18).

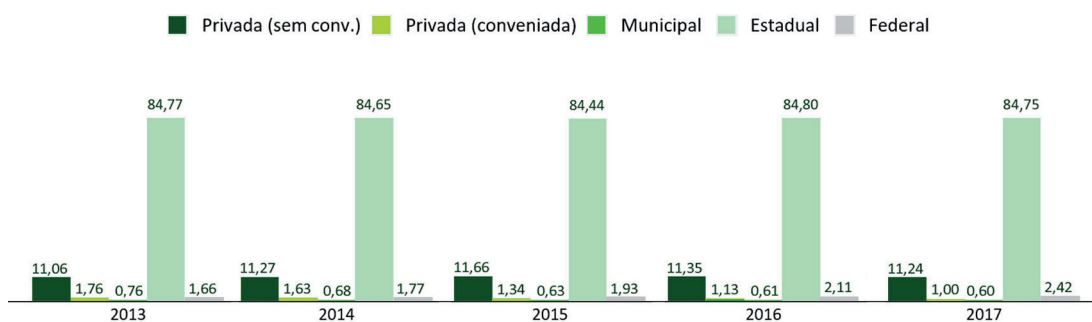


GRÁFICO 18 Percentual de matrículas na educação infantil, segundo dependência administrativa (rede privada separada em conveniada e não conveniada com a rede pública) – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Dependência administrativa e localização da escola

Ao avaliar como o número de matrículas do ensino médio está distribuído em relação à localização, observa-se que a maioria das matrículas (95,5%) está localizada em escolas urbanas. Além disso, 96,2% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. A rede federal é a que apresenta, proporcionalmente, o maior número de matrículas localizadas na zona rural, conforme o Gráfico 19.

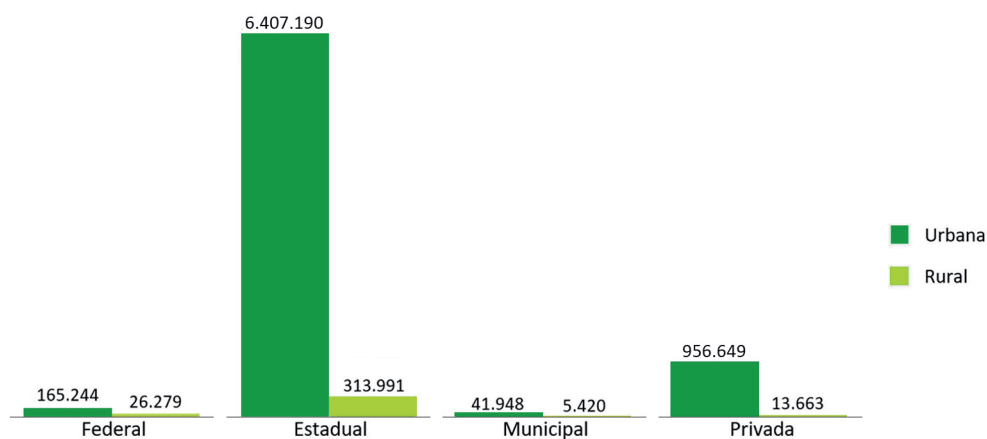


GRÁFICO 19 Número de matrículas no ensino médio, segundo dependência administrativa e localização da escola – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Distorção idade-série

Em 2017, a taxa de distorção idade-série do ensino médio é de 28,2%, permanecendo em patamar elevado, tendo em vista que em 2016 o percentual foi de 28,0%. No ensino médio, as taxas de distorção são mais elevadas na rede pública do que na privada. Nas duas redes, considerando as três séries do ensino médio, as maiores distorções são observadas para a 1ª série, com taxas de 35,8% e 9,1%, respectivamente. Similarmente ao ensino fundamental, para ambas as redes, os alunos do sexo masculino apresentam taxas de distorção idade-série maiores para todas as séries do ensino médio. A maior discrepância na taxa de distorção pode ser observada no 1º ano da rede pública, que apresenta uma diferença de 10,5 p.p. (Gráfico 20).

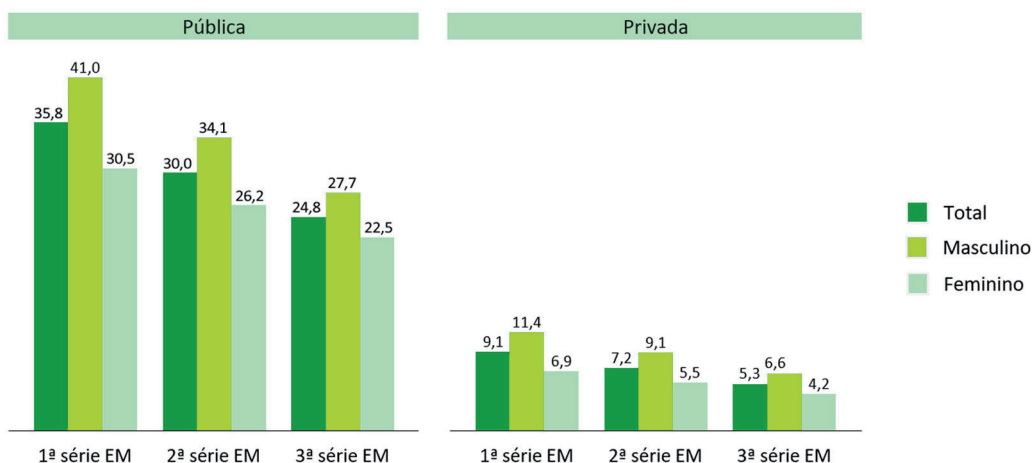


GRÁFICO 20 Taxa de distorção idade-série do ensino médio, por rede de ensino e sexo – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Tempo integral

Em 2017, 7,9% dos matriculados no ensino médio permanecem sete horas diárias ou mais em atividades escolares, o que os caracteriza como alunos de tempo integral. Em 2016, esse percentual era de 6,4%. A proporção de matrículas de tempo integral é maior na rede pública (8,4%) do que na privada (3,9%). Desde 2013, a proporção de matrículas da rede pública classificadas como de tempo integral aumentou 3,7 p.p (Gráfico 21).

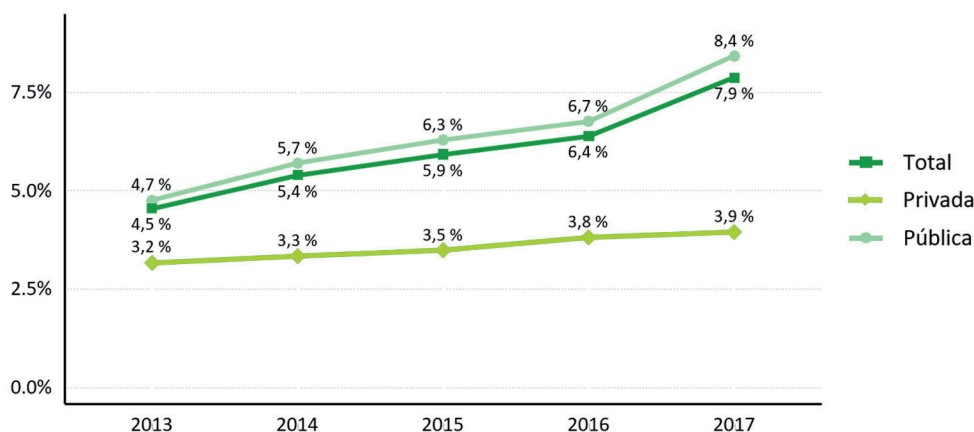


GRÁFICO 21 Proporção de matrículas de alunos em tempo integral no ensino médio, por rede de ensino – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.1.5 Educação de jovens e adultos

Histórico

O número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) diminuiu 6,0% de 2013 a 2017, chegando a 3,6 milhões em 2017. Essa queda foi influenciada, especialmente, pela redução no número de matrículas da EJA de nível fundamental. Apesar do aumento de 3,2% no número de matrículas em relação ao ano de 2016, a série histórica indica uma queda de 13,3% em comparação com 2013. Por outro lado, a EJA de nível médio apresentou um crescimento de 7,6% em relação a 2013. (Gráfico 22).

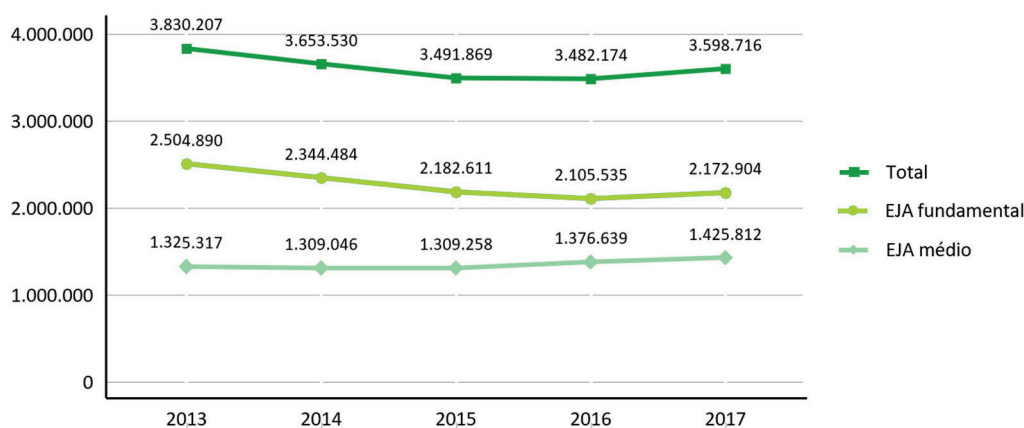


GRÁFICO 22 Número de matrículas na educação de jovens e adultos – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Dependência administrativa e localização da escola

Na EJA de nível fundamental, 62,6% das matrículas estão na rede municipal, seguida pela rede estadual e pela rede privada, que apresentam 33,3% e 4,1% das matrículas, respectivamente. Na EJA de nível médio, a rede estadual é responsável por 87,5% das matrículas, seguida da rede privada e da rede municipal, com 9,1% e 2,5% das matrículas, respectivamente. A EJA de nível fundamental concentra, proporcionalmente, o maior número de matrículas na zona rural. Nesse nível, 17,8% das matrículas estão localizadas na zona rural (Gráfico 23).

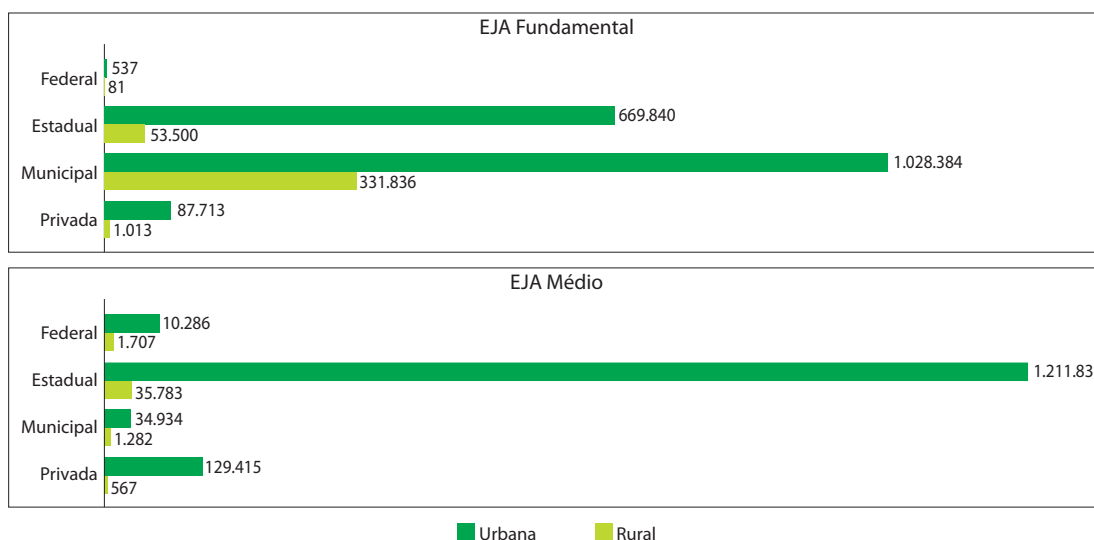


GRÁFICO 23 Número de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio, segundo dependência administrativa e localização da escola – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Faixa etária e sexo

A educação de jovens e adultos (EJA) é composta, predominantemente, por alunos com menos de 30 anos, que representam 62,9% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos

do sexo masculino são maioria, representando 58,0% das matrículas. Por outro lado, observa-se que as matrículas de alunos acima de 30 anos são predominantemente compostas por estudantes do sexo feminino, representando 57,6% (Gráfico 24).

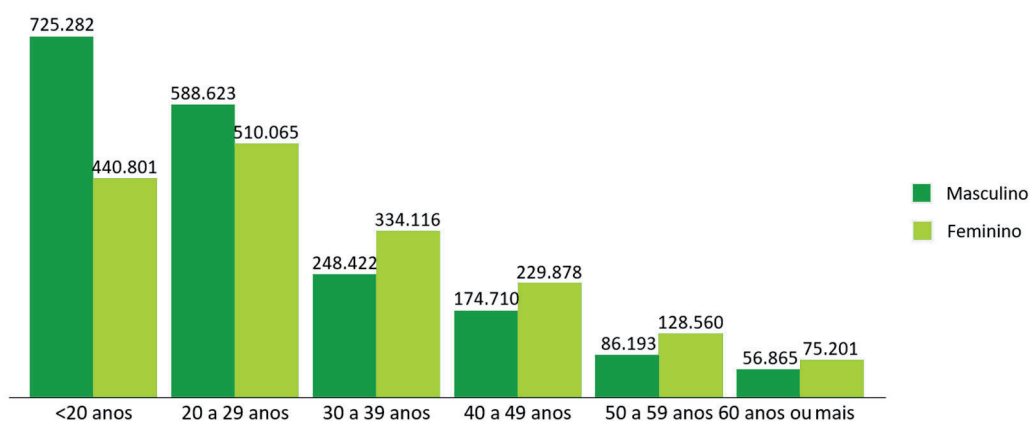


GRÁFICO 24 Número de matrículas na educação de jovens e adultos, segundo faixa etária e sexo – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Cor/Raça

Em relação à cor/raça, percebe-se que os alunos identificados como pretos/pardos são predominantes na EJA do ensino fundamental e médio. Pretos e pardos representam 75,2% do EJA fundamental e 67,1% do EJA médio em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada. Os alunos declarados como brancos representam 22,7% do EJA fundamental e 31,7% do EJA médio (Gráfico 25).

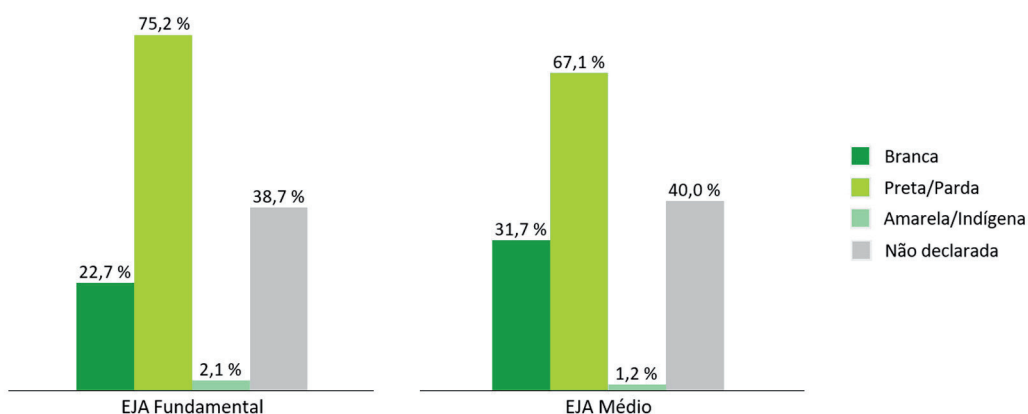


GRÁFICO 25 Percentual de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio, segundo cor/raça – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.1.6 Educação profissional

Histórico

O número total de matrículas da educação profissional tem apresentado redução desde 2014. A redução no número de matrículas no período atingiu 5,9% em 2017. Essa queda foi influenciada, especialmente, pela redução no número de matrículas da formação técnica subsequente ao ensino médio. Apesar dessa queda, de 2014 a 2017 observou-se um aumento de 18,4% no número de matrículas da educação profissional integrada ao ensino médio (Gráfico 26).

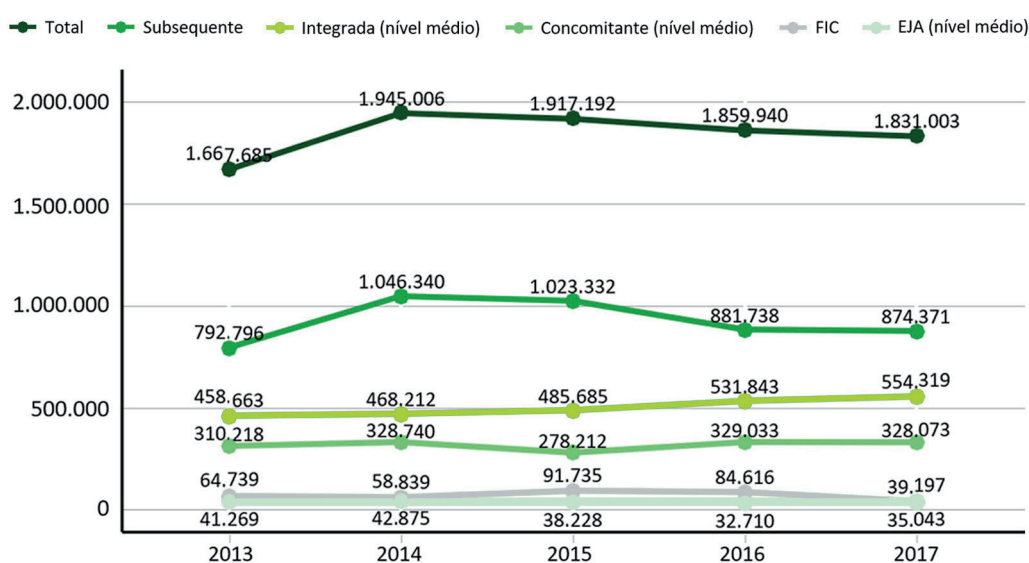


GRÁFICO 26 Número de matrículas na educação profissional – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Dependência administrativa e localização da escola

As matrículas da educação profissional estão principalmente concentradas na rede privada, com 41,2% das matrículas, seguida da rede estadual e federal, com 37,8% e 19,1% das matrículas, respectivamente. De todas as etapas de ensino, a educação profissional é a que apresenta o maior número de matrículas na rede federal (349.859). Também é a rede federal que apresenta a maior proporção de matrículas da educação profissional na zona rural – 16,2% das matrículas dessa etapa são encontradas na zona rural (Gráfico 27).

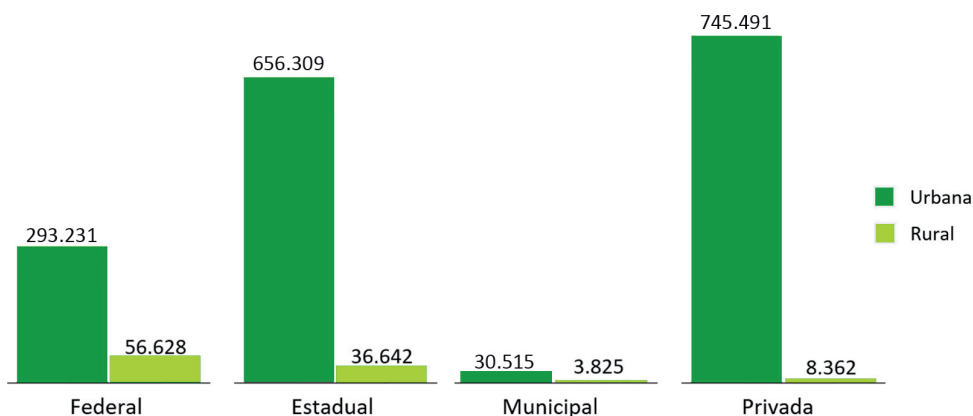


GRÁFICO 27 Número de matrículas na educação profissional, segundo dependência administrativa e localização da escola – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Faixa Etária e Sexo

A educação profissional é composta predominantemente por alunos com menos de 30 anos, que representam 76,8% das matrículas. Com exceção dos alunos com mais de 60 anos, para todas as outras faixas etárias existe uma predominância de matrículas de mulheres na educação profissional. A maior diferença observada entre os sexos está na faixa de 40 a 49 anos, em que 58,8% das matrículas são de mulheres (Gráfico 28).

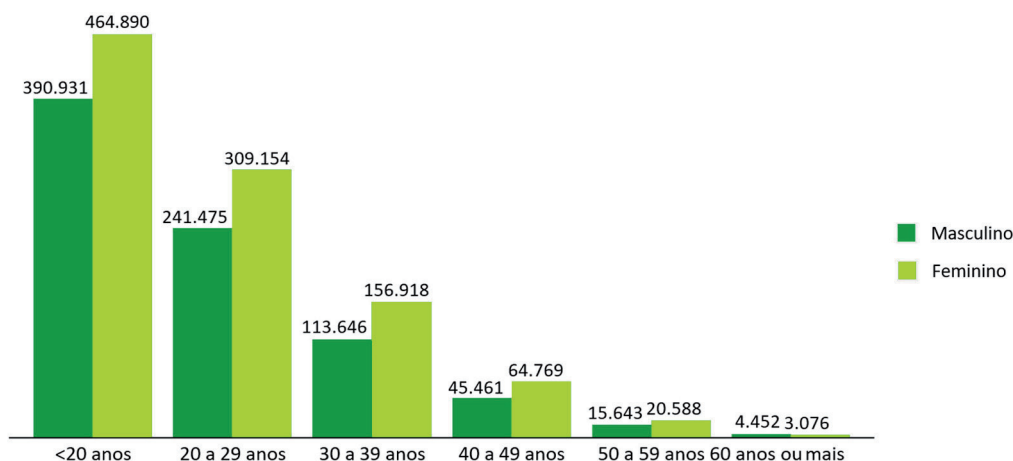


GRÁFICO 28 Número de matrículas na educação profissional, segundo faixa etária e sexo – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Cor/raça

Na educação profissional, das 1,2 milhões de matrículas com cor/raça declaradas, existe um equilíbrio entre o número de matrículas de brancos e de pretos/pardos, representando, respectivamente, 49,3% e 49,5%. No entanto, quando investigadas as modalidades da educação profissional, percebe-se uma predominância de brancos (60,0%) na educação profissional

concomitante, assim como de pretos/pardos (82,8%) na EJA profissional de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (FIC), onde representam 64,1% das matrículas. Os alunos declarados como amarelos/indígenas representam apenas 1,2% do total (Gráfico 29).

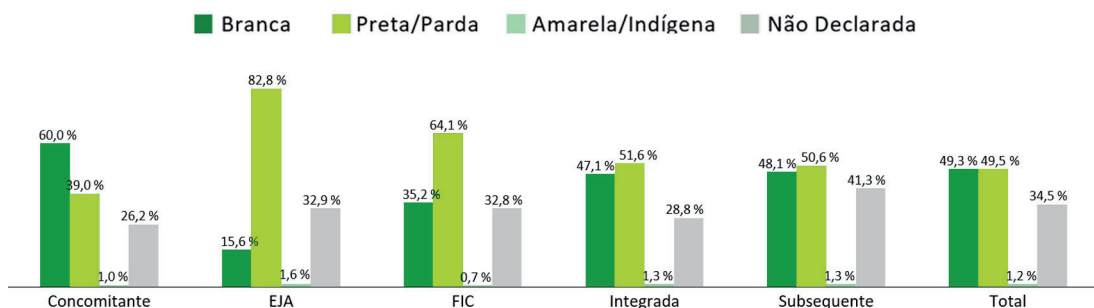


GRÁFICO 29 Número de matrículas na educação profissional, segundo cor/raça – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.1.7 Educação especial

Histórico

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,1 milhão em 2017, um aumento de 26,5% em relação a 2013. A maior porcentagem está no ensino fundamental, que concentra 72,0% das matrículas da educação especial. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2013 e 2017, percebe-se que as matrículas de ensino médio são as que mais cresceram, um aumento de 94,0% (Gráfico 30).

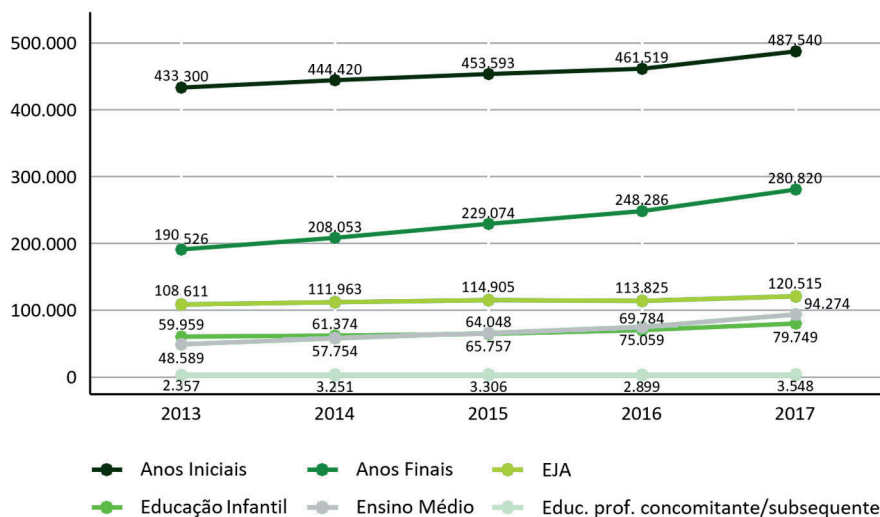


GRÁFICO 30 Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo etapa de ensino – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

O percentual de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para todas as etapas de ensino. Com exceção da EJA, todas as etapas da educação básica apresentam mais de 86,0% de alunos incluídos em classes comuns em 2017. A maior proporção de alunos incluídos é observada no ensino médio, onde 98,9% dos alunos se encontram nessa posição. O maior aumento na proporção de alunos incluídos, entre 2013 e 2017, foi observado para a educação infantil, um aumento de 15,1 p.p. (Gráfico 31).

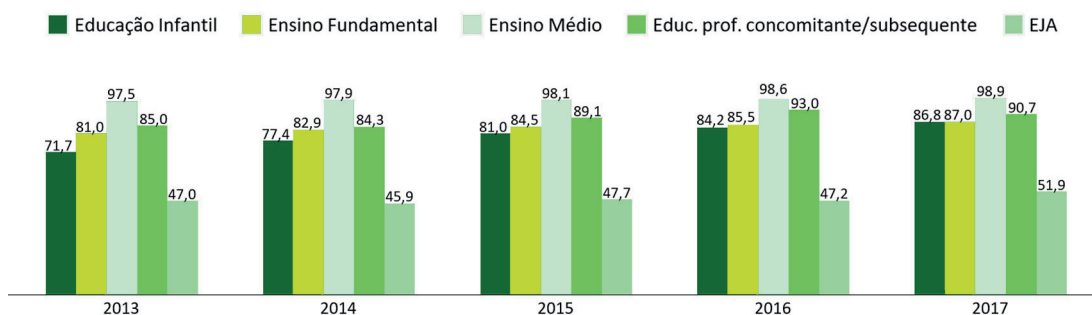


GRÁFICO 31 Percentual de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades que estão incluídos em classes comuns, segundo etapa de ensino – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Destaca-se aqui o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja Meta 4 se refere à educação especial inclusiva para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Observando o Gráfico 32, verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classe comum vem aumentando gradativamente ao longo dos anos. Em 2013, o percentual de alunos incluídos era de 85,5%, em 2017 esse percentual passou para 90,9%. Além disso, considerando a mesma população de 4 a 17 anos, verifica-se que o percentual de alunos que estão incluídos em classe comum e que têm acesso às turmas de atendimento educacional especializado (AEE) também cresceu no período, passando de 35,2% em 2013 para 40,1% em 2017.

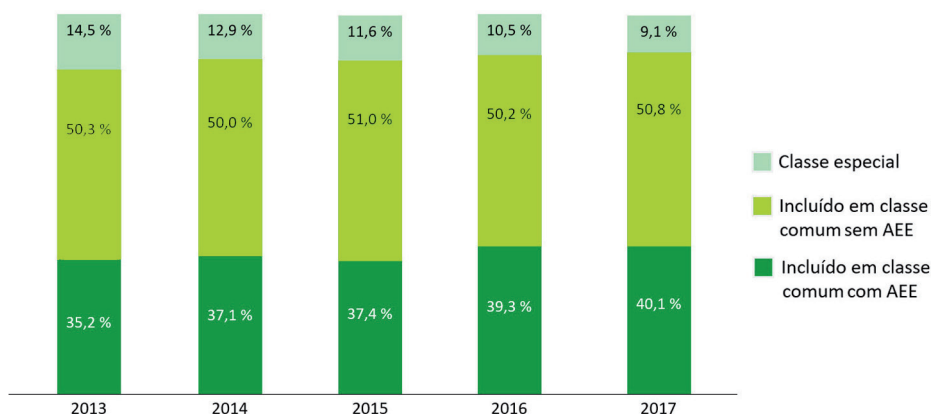


GRÁFICO 32 Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns, com e sem atendimento educacional especializado (AEE), ou classes especiais exclusivas – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Dependência administrativa e inclusão

Quando se compara educação inclusiva por dependência administrativa, observa-se que as redes estadual (95,4%) e municipal (94,8%) apresentam os maiores percentuais de alunos. No entanto, na rede privada a realidade ainda é diferente: do total de 180.543 matrículas da educação especial, somente 55.472 (30,7%) estão em classes comuns.

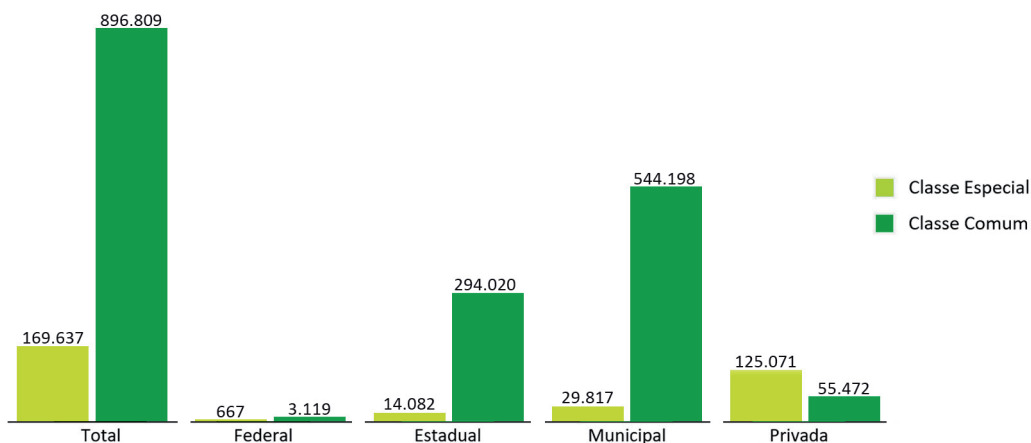


GRÁFICO 33 Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, por dependência administrativa em classes comuns e em classes especiais exclusivas – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.2 DOCENTES

Nesta subseção, são apresentadas as informações sobre os docentes que lecionam na educação básica. Apresenta-se primeiramente uma visão geral e histórica, em seguida, agregações por etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Adicionalmente, foi realizado um destaque quanto ao Plano Nacional de Educação no que se refere à formação dos docentes da educação básica.

1.2.1 Visão geral

Histórico

Em 2017, foram registrados 2,2 milhões de docentes na educação básica brasileira. A maior parte desses docentes atua no ensino fundamental (63,8%), onde se encontram 1.399.114 docentes. Historicamente, o número de docentes nos anos finais é sempre superior ao número observado nos anos iniciais. A diferença, que chegou a ser de 7,0% em 2013, atualmente é de apenas 0,4%. De 2013 a 2017, o número de docentes que atua na educação infantil cresceu 16,4%. Por outro lado, o número de docentes que atua no ensino médio reduziu 2,5% desde 2015 (Gráfico 34).

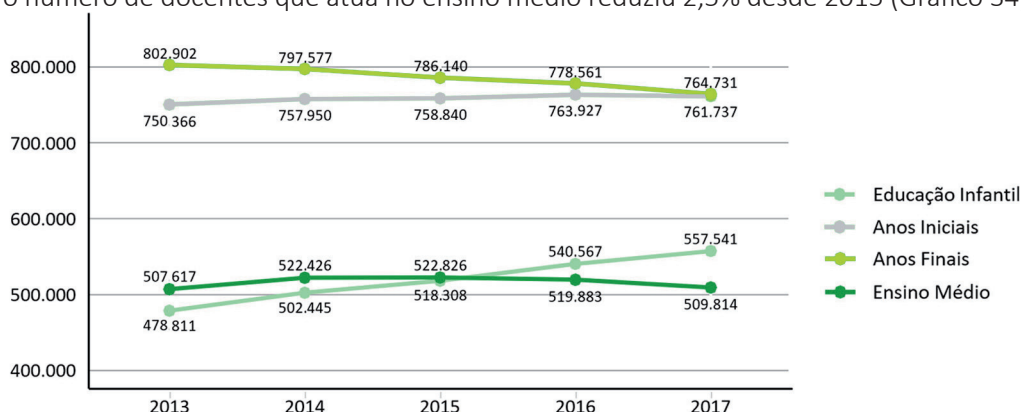


GRÁFICO 34 Evolução do número de docentes, por etapa de ensino – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.2.2 Educação infantil

Na educação infantil brasileira atuam 557,5 mil professores. Desse total, 67,2% possuem nível superior completo (65,9% em grau acadêmico de licenciatura e 1,2%, bacharelado). Dos profissionais desta etapa de ensino, 8,5% estão com o curso superior em andamento e 18,1% têm curso de ensino médio normal/magistério. Foram identificados, ainda, 6,2% com nível

médio ou fundamental completo. Desde 2013, tem sido observado um crescimento gradual no percentual de docentes com nível superior completo atuando na educação infantil, passou de 60,3%, em 2013, para 67,2%, em 2017 (Gráfico 35).

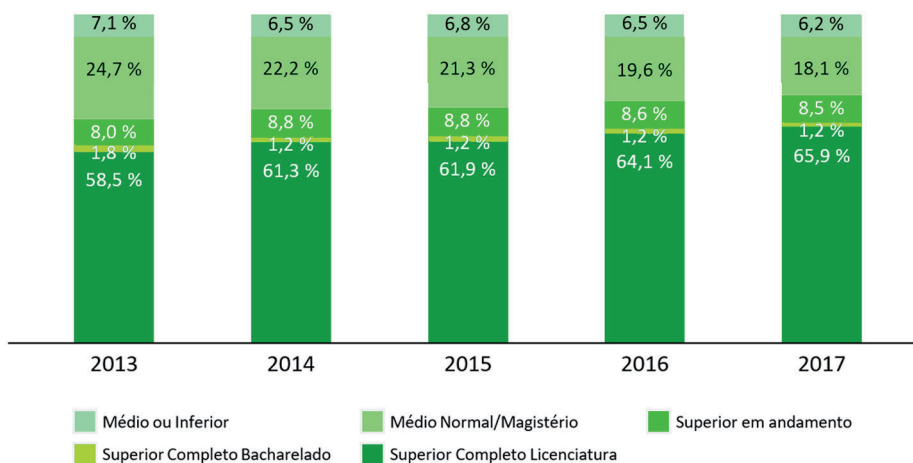


GRÁFICO 35 Escolaridade dos docentes na educação infantil – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.2.3 Ensino fundamental

Atuam, no ensino fundamental, 1,4 milhões de professores, sendo que 761,7 mil atuam nos anos iniciais e 764,7 mil atuam nos anos finais. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 76,2% têm nível superior completo (74,4% em grau acadêmico de licenciatura e 1,8% bacharelado), 6,5% estão cursando o ensino superior e 12,9% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados, ainda, 4,4% com nível médio ou inferior (Gráfico 36).

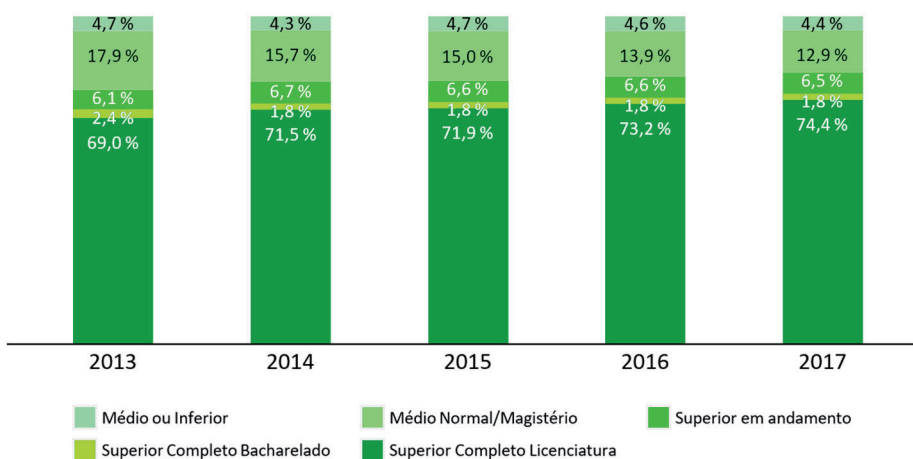


GRÁFICO 36 Escolaridade dos docentes dos anos iniciais do ensino fundamental – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Segundo o Indicador de Adequação da Formação Docente para os anos iniciais do ensino fundamental, o pior resultado é observado para a disciplina de língua estrangeira. Das disciplinas de língua estrangeira declaradas nas turmas de anos iniciais, apenas 42,0% são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou equivalente) na mesma área da disciplina (Grupo 1 do indicador). O melhor resultado do Indicador de Adequação da Formação Docente é observado para a disciplina educação física, com 69,8% das turmas atendidas por docentes classificados no Grupo 1 (Gráfico 37).

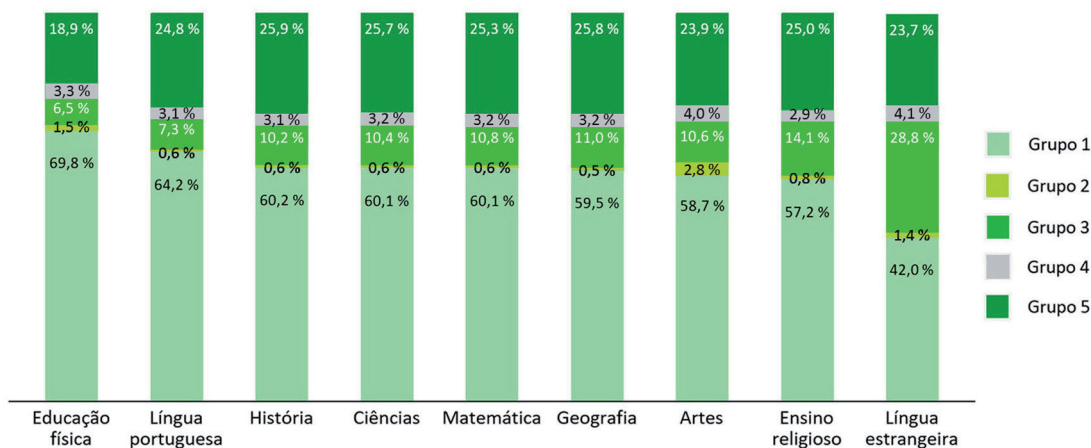


GRÁFICO 37 Indicador de Adequação da Formação Docente para os anos iniciais do ensino fundamental – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

O percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura na mesma área da disciplina (Grupo 1 do indicador) nos anos iniciais para cada município brasileiro apresenta grande variação por região. De forma geral, as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste (com exceção do Rio de Janeiro) apresentam os melhores resultados no Indicador de Adequação da Formação Docente (Figura 1).

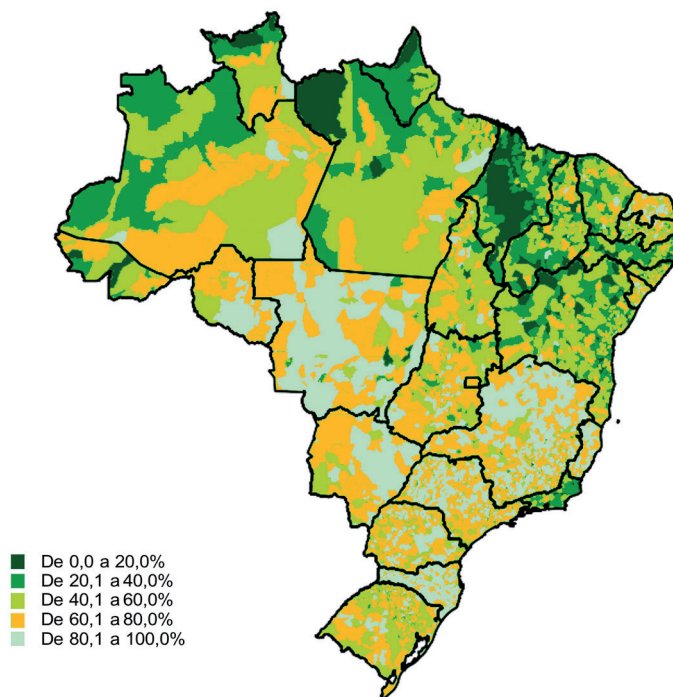


FIGURA 1 Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou equivalente) na mesma área da disciplina (Grupo 1 do Indicador de Adequação da Formação Docente) nos anos iniciais, por município – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, 85,3% dos docentes possuem nível superior completo (82,0% em grau acadêmico de licenciatura), sendo 6,0% com o curso superior em andamento. O percentual de docentes com formação superior em licenciatura aumentou 3 p.p. no período entre 2013 e 2017.

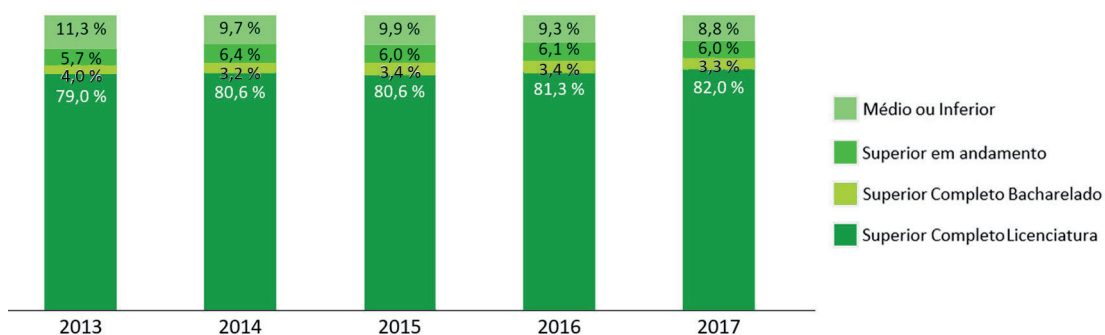


GRÁFICO 38 Escolaridade dos docentes dos anos finais do ensino fundamental – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Para os anos finais, o Indicador de Adequação da Formação Docente demonstrou que o pior resultado ocorre para a disciplina de artes, cuja apenas 31,5% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada (Grupo 1 do indicador). O melhor resultado é observado

para a disciplina de língua portuguesa, em que 62,5% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada. (Gráfico 39).

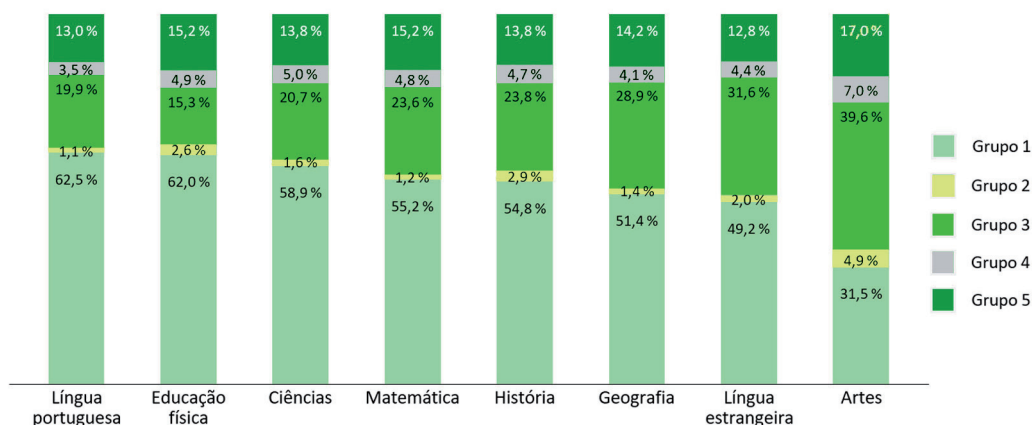


GRÁFICO 39 Indicador de Adequação da Formação Docente para os anos finais do ensino fundamental – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nos anos finais, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (Grupo 1 do Indicador de Adequação da Formação Docente) reduz consideravelmente quando comparado aos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e grande parte da região Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada (Figura 2).

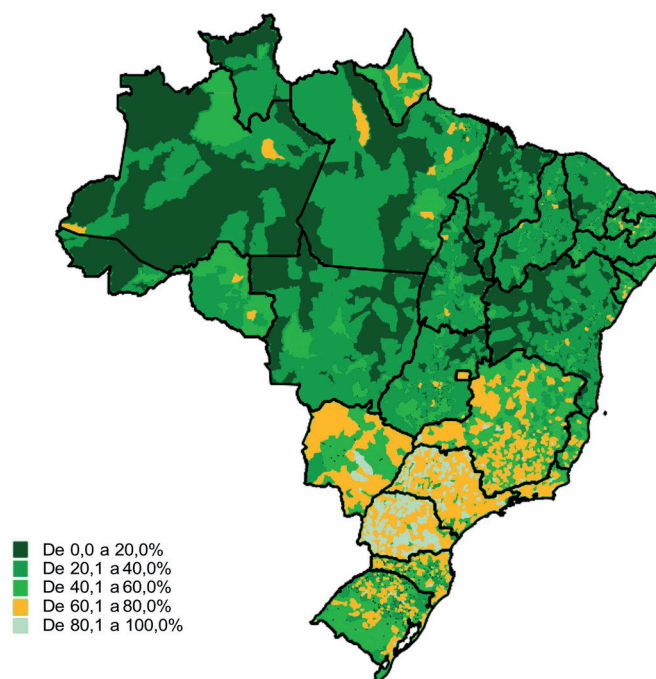


FIGURA 2 Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (Grupo 1 do Indicador de Adequação da Formação Docente) nos anos finais, por município – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.2.4 Ensino médio

Um total de 509,8 mil professores atuaram no ensino médio em 2017. Desse total, 93,5% têm nível superior completo (86,8% em grau acadêmico de licenciatura e 6,7%, bacharelado) e 3,9% estão cursando nível superior (Gráfico 40).

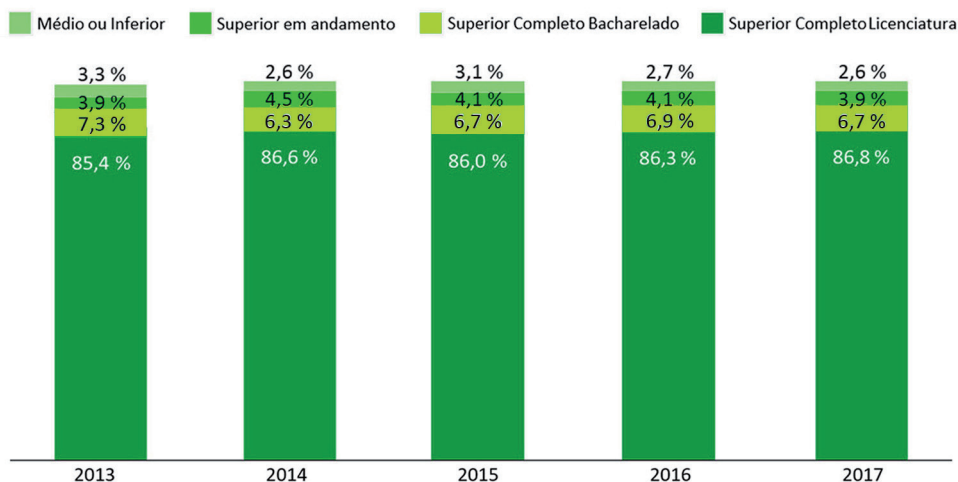


GRÁFICO 40 Escolaridade dos docentes do ensino médio – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

De acordo com o Indicador de Adequação da Formação Docente para a etapa de ensino em questão, o pior resultado é observado para a disciplina de sociologia. Das disciplinas de sociologia declaradas nas turmas de ensino médio, apenas 27,1% são ministradas por professores com a formação adequada (Grupo 1 do indicador). Os melhores resultados do Indicador de Adequação da Formação Docente são observados para as disciplinas biologia, língua portuguesa, educação física, matemática e geografia, com percentuais acima de 70%.

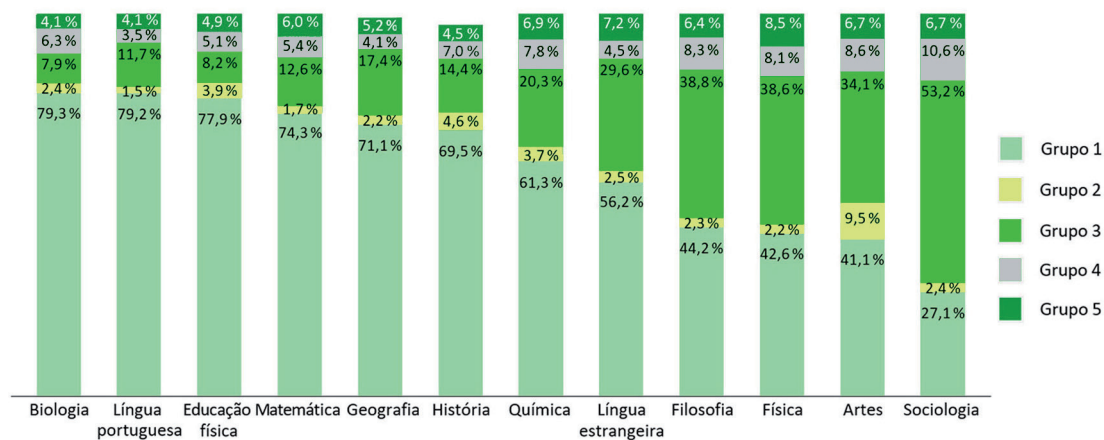


GRÁFICO 41 Indicador de Adequação da Formação Docente para o ensino médio – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

O percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (Grupo 1 do indicador) no ensino médio, para cada município brasileiro, demonstra que a região Centro-Oeste e parte da região Nordeste apresentam os menores percentuais para esse nível do indicador. Os menores percentuais foram observados para os estados da Bahia e Mato Grosso, enquanto que o Distrito Federal, o Paraná e o Amapá se destacam positivamente (Figura 3).

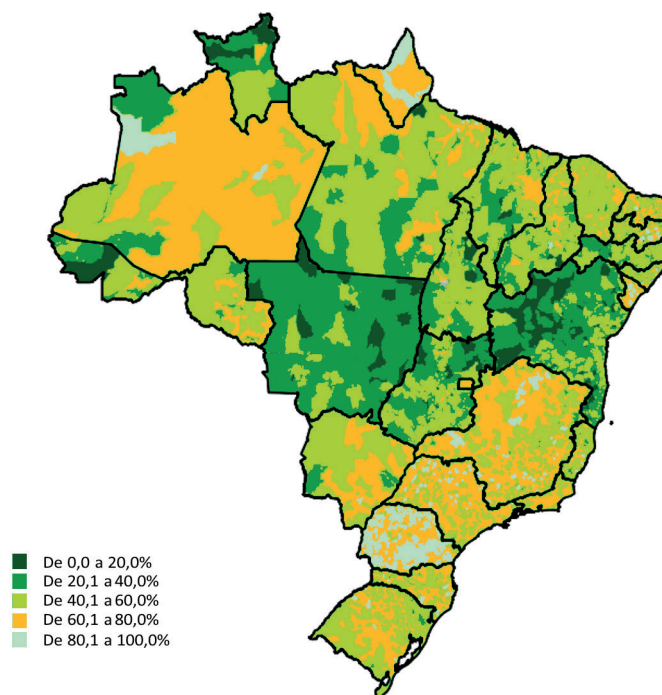


FIGURA 3 Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (Grupo 1 do Idicador de Adequação da Formação Docente) no ensino médio, por município – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.2.5 Pós-graduação e formação continuada no Plano Nacional de Educação (PNE)

Outra meta que se destaca do PNE diz respeito à pós-graduação e à formação continuada dos docentes da educação básica. A Meta 16 busca formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica até o último ano de vigência do plano, e garantir, a todos os profissionais da educação básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. A seguir, tem-se a evolução do percentual de docentes da educação básica com pós-graduação (Gráfico 42) e formação continuada (Gráfico 43). No primeiro, verifica-se um aumento de 30,2% para 36,2% de professores com pós-graduação. No segundo, observa-se uma evolução similar, com o percentual de docentes com formação continuada saindo de 30,6% em 2013 para 35,1% em 2017.

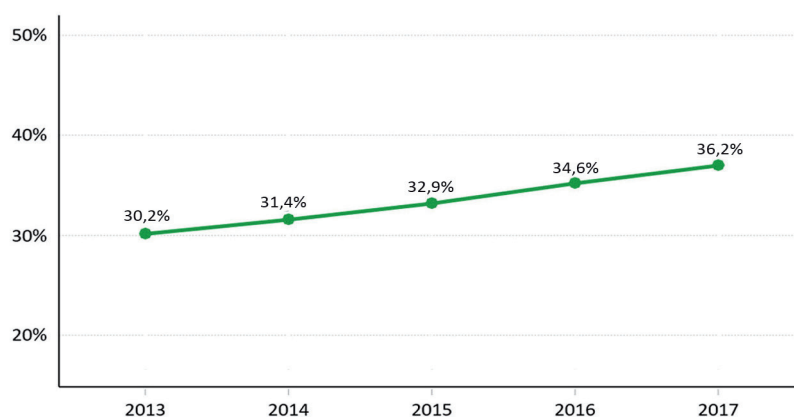


GRÁFICO 42 Percentual de professores da educação básica com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* (Indicador 16A – Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE) – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica

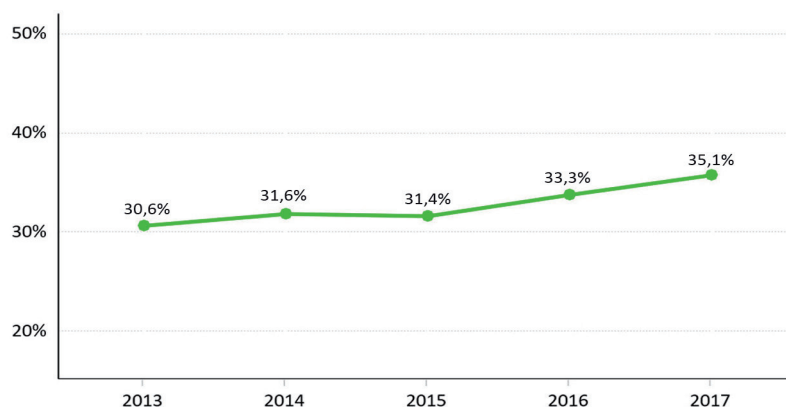


GRÁFICO 43 Percentual de docentes com formação continuada (Indicador 16B – Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE) – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.3 ESCOLAS

Nesta subseção são apresentadas as informações sobre as escolas. Apresenta-se, primeiramente, uma visão geral por dependência administrativa e disponibilidade de algumas infraestruturas. Em seguida, os dados são agregados por etapa de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

1.3.1 Visão geral

O Brasil conta, em 2017, com 184.145 escolas de educação básica. Desse total, a rede municipal é responsável por aproximadamente dois terços das escolas (61,3%), seguida da rede privada (21,7%), conforme pode ser observado no Gráfico 44.

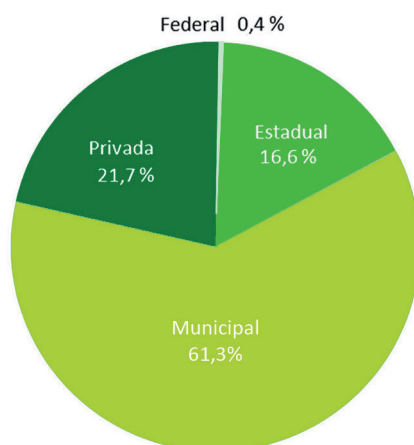


GRÁFICO 44 Percentual de escolas, por dependência administrativa – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Com relação ao porte, as escolas de pequeno porte (até 50 matrículas) são mais encontradas nas regiões Norte e Nordeste, conforme observado na Figura 4. Os estados com o maior percentual de escolas de pequeno porte são Acre, Roraima e Amazonas.

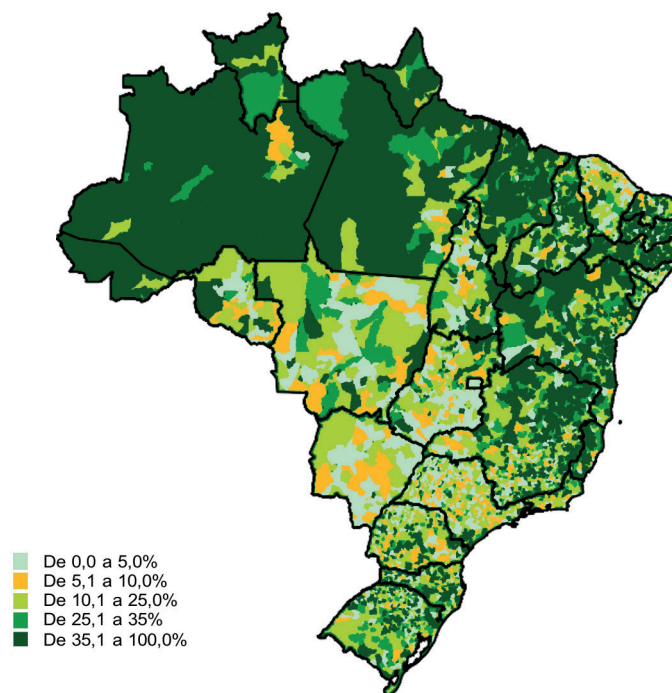


FIGURA 4 Percentual de escolas de pequeno porte (até 50 matrículas), por município – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Do total de 184.145 escolas da educação básica, percebe-se que as etapas de ensino mais ofertadas são os anos iniciais do ensino fundamental e a pré-escola, com 115.372 (62,7%) e 105.200 (57,1%) escolas, respectivamente. O ensino médio, por outro lado, é ofertado por apenas 28.558 (15,5%) escolas (Gráfico 45).

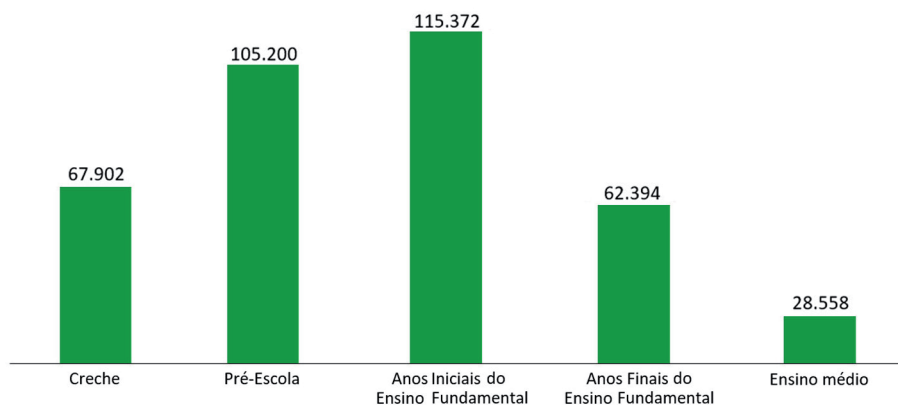


GRÁFICO 45 Número de escolas, por oferta de etapa de ensino – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Em relação à infraestrutura, ao avaliar a disponibilidade de biblioteca ou sala de leitura nas escolas, essencial para o aprendizado dos alunos, percebe-se que esse recurso é menos encontrado nas regiões Norte e Nordeste do País, conforme pode ser observado na Figura 5. Os estados que apresentam a menor proporção de escolas com esse recurso são Maranhão, Acre e Amazonas. Por outro lado, mais de 72% das escolas do Distrito Federal, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul dispõem de biblioteca ou sala de leitura.

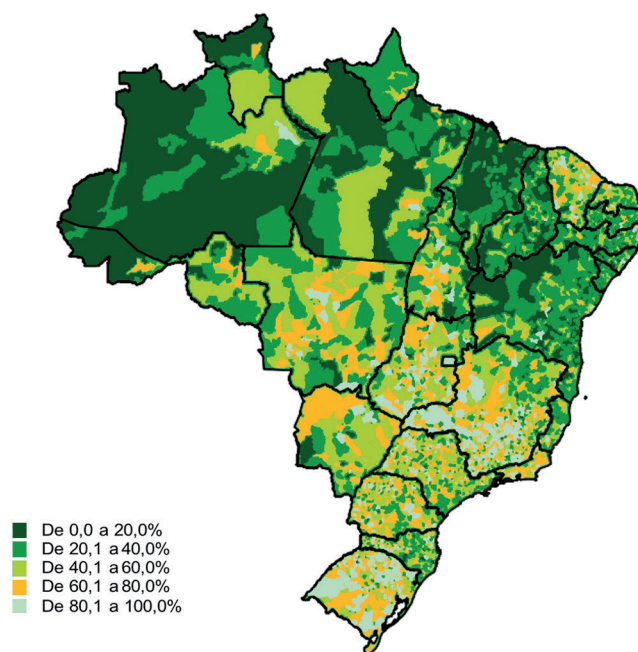


FIGURA 5 Percentual de escolas, por município, que apresentam biblioteca/sala de leitura – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.3.2 Educação infantil

Em 2017, 116.472 escolas ofertavam educação infantil no Brasil, sendo que 105.200 (90,3%) ofertavam pré-escola e 67.902 (58,3%) ofertavam creche. Observa-se, ao longo dos últimos cinco anos, que o número de escolas que oferecem pré-escola tem se mantido estável, enquanto o número de escolas que oferecem creche tem aumentado gradualmente. De 2013 até 2017 houve um aumento de 19,4% no número de escolas que oferecem creche (Gráfico 46).

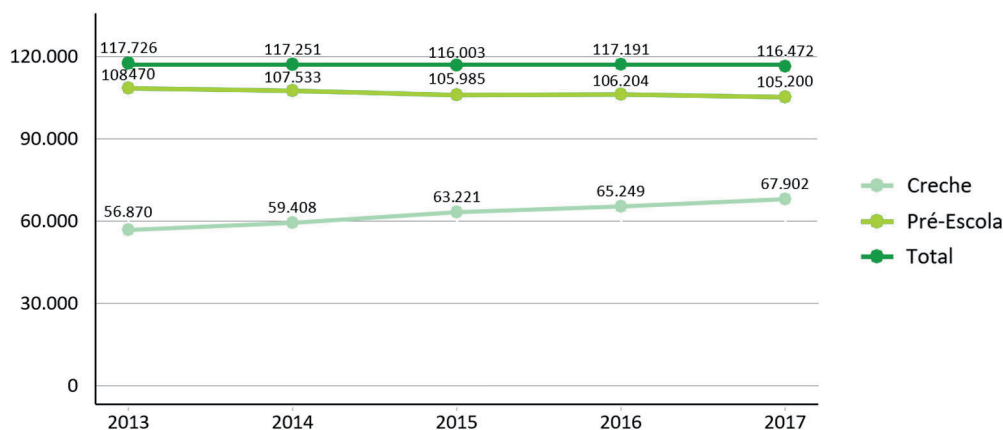


GRÁFICO 46 Evolução do número de escolas da educação infantil – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Em relação à infraestrutura, 34% das escolas municipais de educação infantil têm banheiro adequado, enquanto que nas escolas particulares esse percentual chega a 80%. Quando se analisa a disponibilidade de berçário nas creches, observam-se percentuais relativamente baixos, variando de 21% na rede estadual até 55% na rede federal. Além disso, ao avaliar o papel da rede na disponibilidade de parque infantil, percebe-se um percentual muito bom nas escolas federais e da rede privada, com 92% e 82% de disponibilidade, respectivamente, enquanto que nas redes estadual e municipal o percentual é de apenas 47% e 30%. A presença de área verde nas escolas de educação infantil também se constitui um recurso pouco comum. Apenas 26% das escolas municipais de educação infantil dispõem de área verde para os seus alunos, nas redes estadual e privada esse percentual também é baixo, 39% e 31%, respectivamente. Somente nas escolas federais esse recurso possui um percentual de disponibilidade significativo, com 67%. Assim como a existência de área verde, a oferta de dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida também é baixa, variando de 20% na rede municipal até 58% nas escolas federais (Gráfico 47).

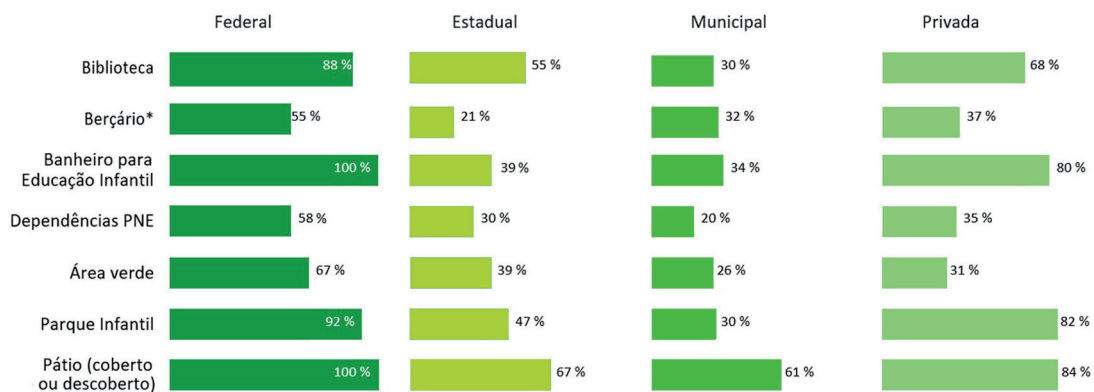


GRÁFICO 47 Recursos relacionados à infraestrutura disponível nas escolas de educação infantil – Brasil – 2013 a 2017

Nota: *Os percentuais consideram apenas as escolas com oferta de creche.

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.3.3 Ensino fundamental

O ensino fundamental no Brasil em 2017 foi ofertado em um total de 131.606 escolas. Dessas, 115.372 ofertavam os anos iniciais e 62.394, os anos finais. O número de escolas que oferecem os anos finais se manteve estável nos últimos cinco anos, enquanto observa-se uma redução gradual no número de escolas que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental. Apenas em relação ao último ano, houve uma redução de 2.924 escolas, o que representa uma queda de 2,5% (Gráfico 48).

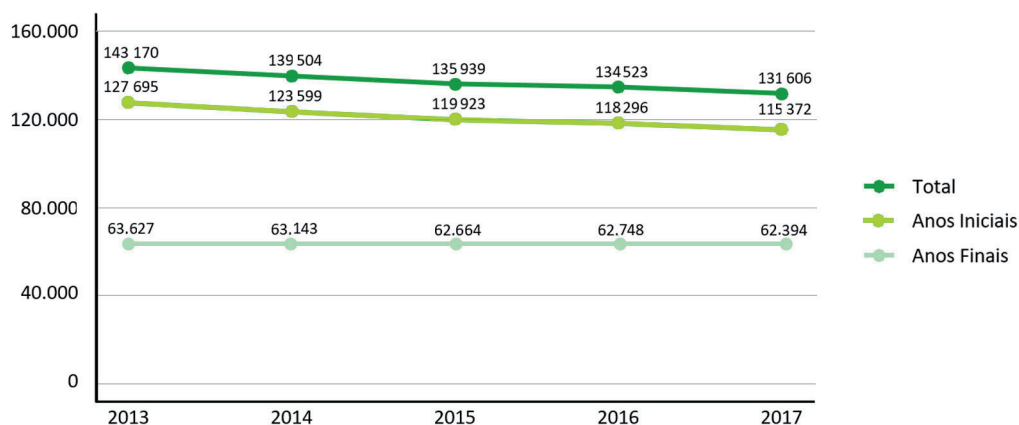


GRÁFICO 48 Evolução do número de escolas do ensino fundamental (anos iniciais e anos finais) – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

A principal rede responsável tanto pela oferta dos anos iniciais quanto dos anos finais do ensino fundamental no Brasil é a municipal. A rede municipal é responsável por 80.515 (69,8%) escolas nos anos iniciais do ensino fundamental e abrange 29.464 (47,2%) escolas de anos finais, conforme demonstrado no Gráfico 49.

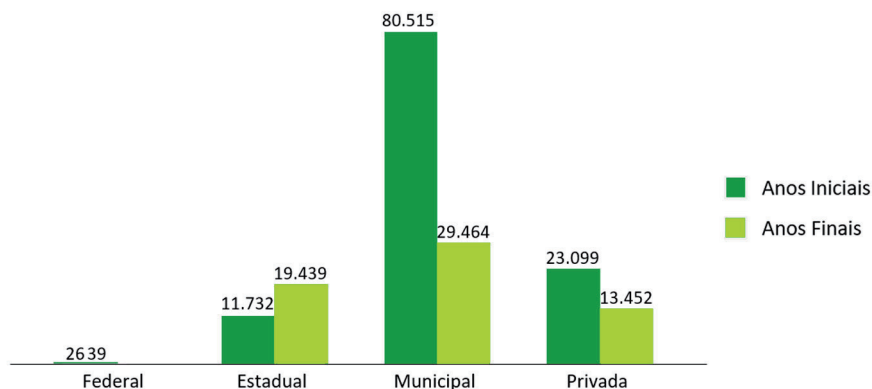


GRÁFICO 49 Número de escolas do ensino fundamental (anos iniciais e anos finais), por dependência administrativa – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

No Brasil, percebe-se que o principal gargalo com relação à disponibilidade de recursos de saneamento e abastecimento básico nas escolas (água, esgoto e energia) está relacionado à ausência de esgoto sanitário. A falta de esgoto sanitário (rede pública ou fossa) nas escolas de ensino fundamental é mais frequente na região Norte, como pode ser observado na Figura 6. Os estados com menor cobertura de esgoto sanitário são Acre, Amazonas e Roraima.

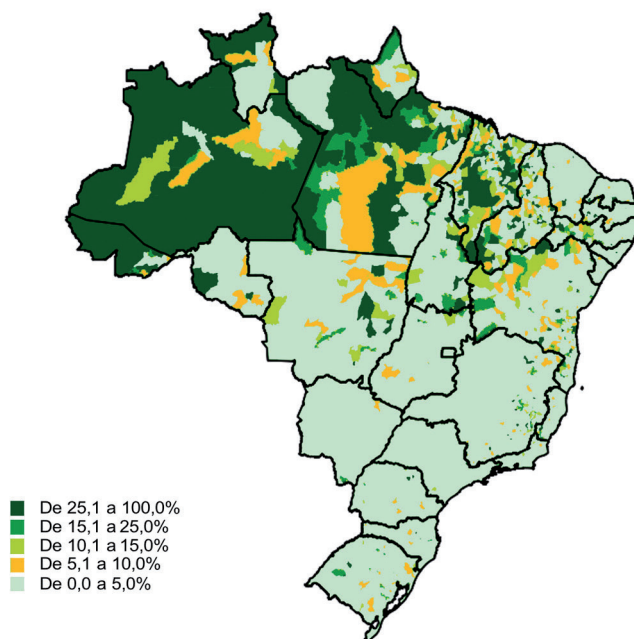


FIGURA 6 Percentual de escolas de ensino fundamental, por município, sem sistema de esgoto sanitário – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Ao avaliar o tratamento dado à destinação de lixo pelas escolas, percebe-se que apenas 70,3% das escolas de ensino fundamental estão contempladas com um sistema de coleta periódica. A queima (28,2%) é a segunda forma mais comum de destinação de resíduos, sendo adotada especialmente pelas escolas da zona rural (64,6%). Na zona urbana, o maior percentual é o de coleta periódica, 99,2% (Gráfico 50).

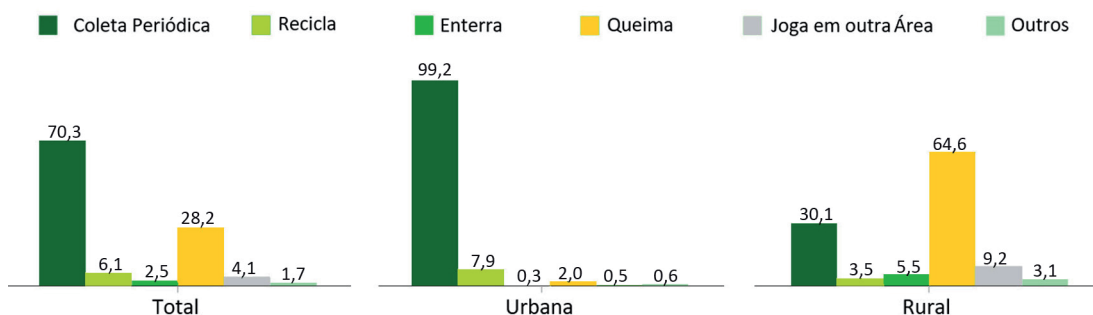


GRÁFICO 50 Proporção de escolas de ensino fundamental segundo o tipo de destinação dos resíduos sólidos, de acordo com a localização – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Com relação à existência de espaços pedagógicos como biblioteca ou sala de leitura no ensino fundamental, observa-se que, de forma geral, a disponibilidade de biblioteca ou sala de leitura é maior nas escolas federais (95,7%) e menor na rede municipal (38,9%), como pode ser observado no Gráfico 51.

A discrepância na disponibilidade de laboratórios de ciências é grande entre as redes de ensino. Enquanto mais de 90,0% das escolas federais dispõem de laboratório de ciências, esse recurso é encontrado em pouco mais de 3,0% das escolas da rede municipal. A presença de recursos tecnológicos como laboratórios de informática e acesso à internet ainda não é realidade para muitas escolas municipais. Laboratórios de informática são encontrados em apenas 37,9% das escolas de ensino fundamental da rede municipal e apenas 52,6% das escolas dispõem de acesso à internet. A presença desses recursos tecnológicos passa de 95,0% nas escolas federais.

Ainda em relação à infraestrutura, banheiros são encontrados na grande maioria das escolas. No entanto, banheiros adequados a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida estão disponíveis em apenas 32% das escolas municipais, 53,2% das privadas, 54,7% das estaduais e 74,5% das federais. Dependências e vias adequadas para o mesmo público são encontradas em 22,8% das escolas municipais, 40,9% das estaduais, 43,5% das privadas e 63,8% das federais. Recursos associados a atividades de lazer como quadra de esporte e pátio (coberto ou descoberto) estão presentes em grande parte das escolas, somente nas escolas municipais o percentual de disponibilidade de quadra de esportes é baixo, sendo apenas 28,6%. Outros recursos relacionados à infraestrutura podem ser encontrados no Gráfico 51.

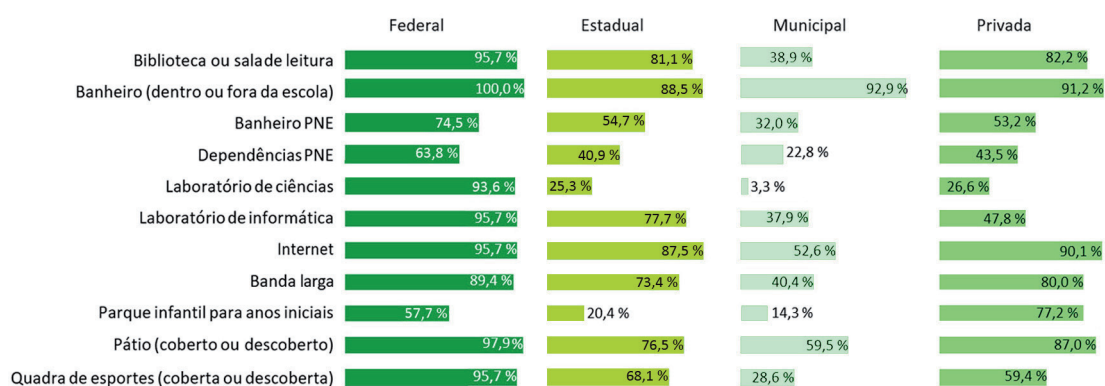


GRÁFICO 51 Recursos relacionados à infraestrutura disponível nas escolas de ensino fundamental – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.3.4 Ensino médio

No Brasil, o ensino médio foi ofertado por um total de 28.558 escolas em 2017. Nos últimos cinco anos houve um aumento gradual no número de escolas que oferecem essa etapa de ensino, conforme demonstrado no Gráfico 46. No total, foi observado um crescimento no número de escolas de ensino médio de 3,9% no período de 2013 a 2017. Na rede pública, esse aumento foi de 4,5%, saindo de 19.416 em 2013 para 20.287. Já na rede privada, o aumento foi mais discreto (2,6%). O número de escolas que oferece essa etapa de ensino subiu de 8.063 em 2013 para 8.271 em 2017 (Gráfico 52).

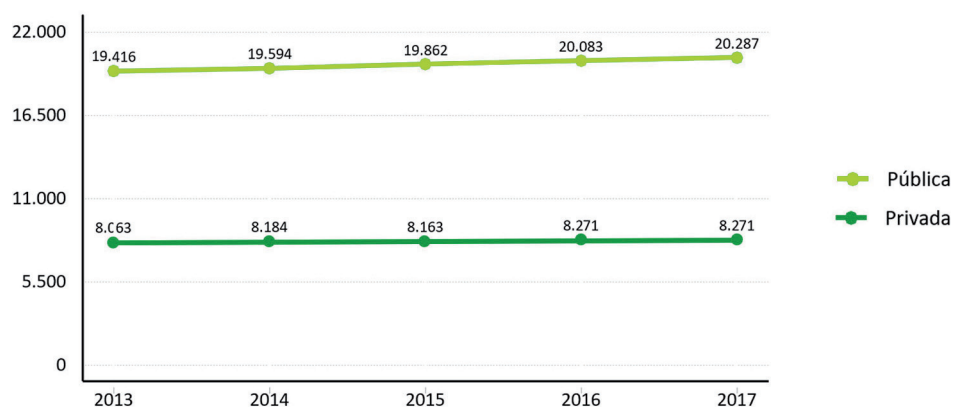


GRÁFICO 52 Evolução do número de escolas de ensino médio, por rede (pública ou privada) – Brasil – 2013-2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Quando avaliada a distribuição das escolas por dependência administrativa, percebe-se que a rede estadual é que dispõe de um maior número de escolas. Das escolas de ensino médio, 68,2% são da rede estadual, seguidas pela rede privada, com 29,0% das escolas. A participação da rede federal e municipal para essa etapa de ensino é muito pequena, conforme demonstra o Gráfico 53.

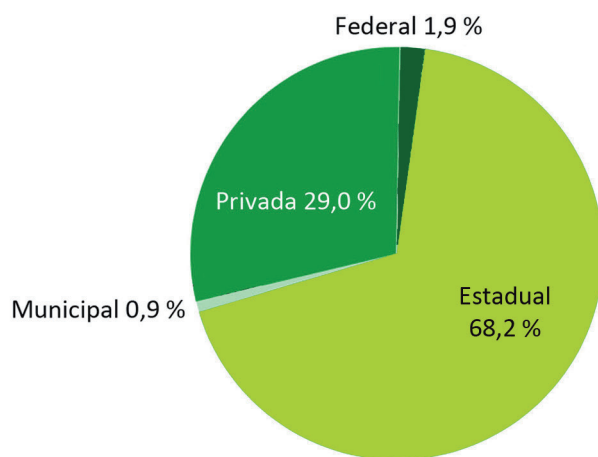


GRÁFICO 53 Percentual de escolas de ensino médio, por dependência administrativa – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Conforme o mapa a seguir, a presença de rede pública de abastecimento de água nas escolas de ensino médio é menos comum no Norte do País e os estados com menor cobertura dessa modalidade de abastecimento são Acre, Amapá e Amazonas.

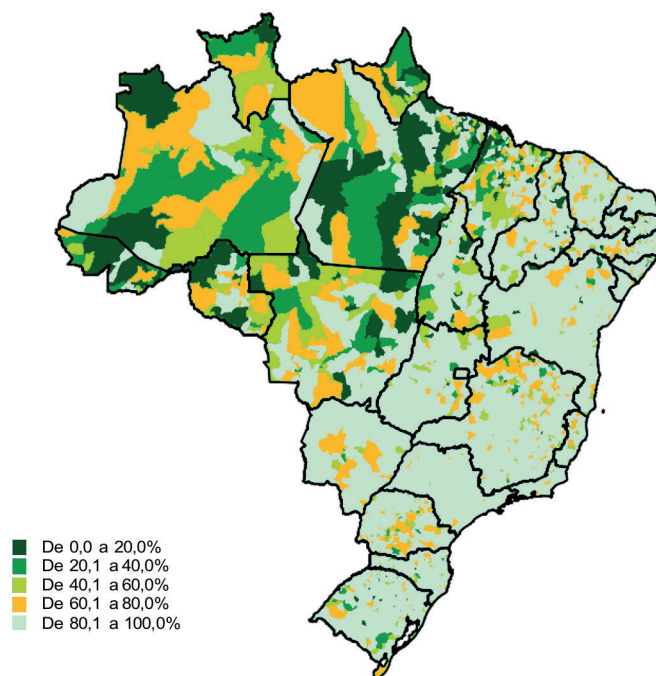


FIGURA 7 Percentual de escolas de ensino médio, por município, com rede pública de abastecimento de água – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Com relação à acessibilidade, observa-se que apenas 53,9% das escolas municipais de ensino médio apresentam banheiros adequados ao uso de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, na rede estadual esse percentual chega a 59,5%, nas escolas privadas é de 67% e nas federais chega a 92,9%.

A disponibilidade de recursos tecnológicos (laboratório de informática, internet e internet banda larga) nas escolas de ensino médio é maior do que a observada no ensino fundamental. Esses recursos são encontrados em mais de 60% das escolas em todas as dependências administrativas. Biblioteca ou sala de leitura está presente em mais de 80,0% em todas as dependências administrativas, passando de 90,0% nas redes federais e privadas. Outros recursos relacionados à infraestrutura podem ser encontrados no Gráfico 54.

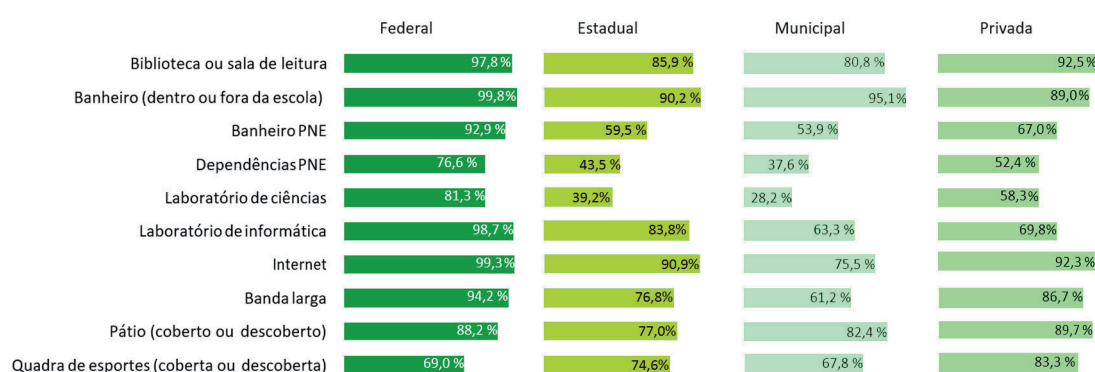


GRÁFICO 54 Recursos relacionados à infraestrutura disponível nas escolas de ensino médio – Brasil – 2017

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 dez. 2007. Seção 1, p. 9.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Dicionário de indicadores educacionais: fórmulas de cálculo*. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Dicion%C3%A1rio+de+Indicadores+Educacionais+f%C3%B3rmulas+de+c%C3%A1lculo/bf7eac55-d33b-42a7-8d54-2d70fa4e24a3?version=1.2>>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Nota Técnica Nº 020/2014: indicador de adequação da formação do docente da educação básica*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2013/nota_tecnica_indicador_de_adequacao_da_formacao_do_docente_da_educacao_basica.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Manual da linha editorial do Inep*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/516008>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 91, de 02 de fevereiro de 2017. Torna público os princípios fundamentais e boas práticas que orientam a produção e divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep. *Diário Oficial da União*, Brasília, 3 fev. 2017. Seção 1, p. 14-16.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar 2017: notas estatísticas*. Brasília, 2018a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar da Educação Básica 2018: caderno de instruções*. Brasília, 2018b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Censo+Escolar+da+educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2018+Caderno+de+Instru%C3%A7%C3%B5es/be4e0801-5181-4364-934d-bcaff5ce85ea?version=1.0>>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018

United Nations (UN). *Resolution adopted by the General Assembly on 29 January 2014: fundamental principles of official statistics* United Nations, 2014. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/fp-new-e.pdf>>. Acesso em: 25 out 2018.



GLOSSÁRIO

As definições a seguir tiveram como fonte o Caderno de Instruções do Censo Escolar, referências legais (relativas às metas do PNE), além de notas técnicas e dicionários de indicadores.

Abastecimento de água – Atividades, infraestruturas e instalações necessárias para o fornecimento contínuo de água para consumo na escola, de acordo com as definições:

- rede pública: serviço público que abrange a captação da água bruta no meio ambiente, tratamento adequado para torná-la potável e fornecimento coletivo por meio de rede de distribuição;
- poço artesiano: poço perfurado com pequeno diâmetro e grande profundidade em aquíferos artesianos ou confinados. Pode ser chamado de poço profundo ou poço tubular profundo;
- cacimba/cisterna/poço:
 - Cacimba: poço de água potável.
 - Cisterna: reservatório para receber e conservar as águas pluviais ou reservatório ligado à rede de distribuição para fornecer água para um local.
 - Poço: abertura profunda cavada no solo, geralmente com parede de alvenaria, da qual é possível retirar água para uso caseiro ou industrial.
- fonte/rio/igarapé/riacho/córrego: a água é captada diretamente de fonte natural;
- inexistente: a escola não tem abastecimento de água conforme as especificações anteriores.

Área verde – Área localizada no espaço livre das dependências escolares, sem cobertura de concreto, piso ou edificações, na qual se verifica o predomínio de vegetação, com potencial para cultivo de plantas ou preparação de hortas. Pode ser utilizada para atividades didático-pedagógicas extraclasse e/ou no contraturno.

Atendimento educacional especializado (AEE) – Serviço da educação especial que organiza

atividades com recursos pedagógicos e de acessibilidade, de forma complementar ou suplementar à escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação matriculados nas classes comuns do ensino regular, com o objetivo de garantir condições de acesso, participação e aprendizagem. Esse serviço, instituído pelo projeto político-pedagógico da escola, é realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais, individualmente ou em pequenos grupos, em horário distinto ao da escolarização em sala de aula comum. As opções disponíveis são:

- **exclusivamente** (a escola oferece apenas AEE);
- **não exclusivamente** (além de oferecer AEE, a escola também oferece escolarização e/ou atividade complementar);
- e **não oferece** (a escola não oferece AEE).

Banheiro acessível, adequado ao uso dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida

– Banheiro acessível aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, que contemple o desenho universal – concepção de espaços, artefatos e produtos –, com o objetivo de atender simultaneamente a todas as pessoas com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, independente, segura e confortável, garantindo elementos e soluções que compõem a acessibilidade.

Banheiro adequado à educação infantil – Banheiro adaptado para crianças de 0 a 5 anos, com tamanhos, modelos e materiais adequados.

Berçário – Local para a criança da educação infantil (creche) repousar, brincar, alimentar-se e manter contato com outras crianças.

Biblioteca – Local que dispõe de coleções de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte (papel, filme, CD, DVD, entre outras mídias), destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura. Geralmente a biblioteca escolar é organizada e administrada por um profissional especializado, o bibliotecário.

Cor/raça – Informação declarada pelo responsável do aluno de até 16 anos incompletos ou pelo próprio aluno a partir de 16 anos de idade, de acordo com as seguintes opções: branca, preta, parda, amarela, indígena ou não declarada.

Dependência Administrativa – Âmbito de subordinação administrativa da escola que contempla as seguintes esferas de ensino: federal, estadual, municipal e privada.

Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida – Espaços e acessos da escola adequados aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, que contemplem o desenho universal – concepção de espaços, artefatos e produtos –, com o objetivo de atender simultaneamente a todas as pessoas com diferentes características antropométricas

e sensoriais, de forma autônoma, independente, segura e confortável, garantindo elementos e soluções que compõem a acessibilidade.

Destinação do lixo – Considera-se lixo os restos de atividades humanas vistos como inúteis, indesejáveis ou descartáveis.

- Coleta periódica: o lixo é recolhido regularmente pelo serviço de limpeza pública.
- Queima: o lixo sofre processo de queima, que pode ser realizado de duas maneiras, artesanalmente ou em usinas especializadas, de acordo com as descrições:
- Queima artesanal ou "caseira": realizada sem a utilização de técnicas ou equipamentos adequados, geralmente ao ar livre e sem o devido controle do fogo;
- Incineração: realizada em fornos e usinas de incineração especializadas. Quando é conduzida da maneira correta, apresenta a vantagem de reduzir o volume de resíduos.
- Joga em outra área: o lixo é descartado em outra área.
- Recicla: o lixo é separado e os materiais recicláveis são reaproveitados.
- Enterra: o lixo é depositado em valas e depois enterrado.
- Outros: nenhuma das alternativas anteriores corresponde à destinação do lixo produzido na escola.

Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Modalidade destinada às pessoas que não cursaram em idade própria o ensino fundamental e/ou médio.

Educação profissional subsequente – Curso técnico para alunos que concluíram o ensino médio.

Educação profissional concomitante – Compreende cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos técnicos de nível médio.

- Curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (curso FIC): ofertado concomitantemente ao ensino fundamental, ao ensino médio na modalidade EJA ou ao ensino médio regular, com projeto pedagógico unificado ou não e carga horária mínima de 160 horas, que compreende apenas a destinada à formação profissional.
- Curso técnico concomitante: curso técnico articulado ao ensino médio, em projeto pedagógico unificado ou não.

Educação profissional – Cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (cursos FIC) articulado à EJA ou ao ensino médio; ou cursos técnicos de nível médio nas formas articuladas (integrada ou concomitante) ou subsequente ao ensino médio.

Ensino médio integrado à educação profissional – Curso de educação profissional técnica de nível médio articulado ao ensino médio regular em um projeto pedagógico integrado.

Escola privada conveniada – Acordo celebrado entre poder público e entidades privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração. O convênio pode

compreender acordo de cooperação técnica, repasse de recursos, prestação de serviços, entre outros. O convênio tratado neste documento é o realizado entre entidade pública – secretaria de educação estadual ou municipal – e privada sem fins lucrativos, com vistas a descentralizar a execução de programa ou projeto na área educacional, com duração definida. Suas regras são disciplinadas no art. 116 da Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Escolaridade – Nível de formação do docente:

- médio ou inferior: concluiu a 8ª série/9º ano do ensino fundamental ou curso de nível médio;
- médio – normal/magistério: concluiu o curso de formação, em nível médio, para o exercício do magistério na educação infantil e nas primeiras séries/anos do ensino fundamental;
- superior em andamento: cursando o ensino superior;
- Superior completo bacharelado: concluiu o ensino superior em bacharelado;
- Superior completo licenciatura: concluiu o ensino superior em licenciatura.

Esgoto sanitário – Atividades, infraestrutura e instalações operacionais para coleta, transporte, tratamento e disposição final do esgoto produzido pela escola.

- Rede pública: serviço público que abrange a captação de esgoto por rede coletora.
- Fossa séptica: é uma unidade de sistema de tratamento de esgoto de pequena escala que consiste em cavidade estanque ou tanque pré-fabricado, subterrâneo, no qual se despeja o esgoto doméstico para que este seja parcialmente decomposto pelas bactérias anaeróbias que se desenvolvem no local.

Indicador de Adequação da Formação Docente – Sintetiza a relação entre a formação inicial dos docentes de uma escola e as disciplinas que eles lecionam, considerando o ordenamento legal vigente. A relação dos cursos considerados adequados para cada disciplina encontra-se na nota técnica desse indicador, disponível na página do Inep (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>).

- Grupo 1: percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.
- Grupo 2: percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.
- Grupo 3: percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona.
- Grupo 4: percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior não considerada nas categorias.
- Grupo 5: percentual de disciplinas que são ministradas por professores sem formação superior. Nos anos iniciais, professores com formação em Pedagogia – Licenciatura ou

Pedagogia – Bacharelado com complementação pedagógica foram classificados no Grupo 1 em todas as disciplinas, exceto língua estrangeira.

Nota: nos anos iniciais, professores com formação em Pedagogia – Licenciatura ou Pedagogia – Bacharelado com complementação pedagógica foram classificados no Grupo 1 em todas as disciplinas, exceto língua estrangeira.

Laboratório de informática – Local com computadores para uso dos alunos, que se destina, prioritariamente, ao desenvolvimento de atividades escolares como forma de democratizar e universalizar o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Laboratório de ciências – Espaço com características e equipamentos próprios, destinado à demonstração ou realização de exames, análises, simulações, testes, ensaios, medições, entre outros, que contribuem para investigações científicas e atividades experimentais em diversas áreas.

Localização – Demarcação definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a localização da escola. São duas opções: zona urbana (áreas correspondentes às cidades, às vilas ou às áreas urbanas isoladas) ou zona rural (abrange toda a área situada fora dos limites da zona urbana). O perímetro urbano do município é definido por lei municipal, baseada no plano diretor do município – principal instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Parque infantil – Local destinado a crianças da educação infantil, com instalações/equipamentos projetados para a realização de atividades recreativas, jogos e brincadeiras de maneira segura.

Pessoas com altas habilidades/superdotação – São aquelas que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Pessoas com transtornos globais do desenvolvimento (TGD/TEA) – São aquelas que integram o Transtorno do Espectro Autista (TEA), quadro clínico caracterizado por alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação, tendo um repertório de interesses e atividades restrito e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndrome de Rett, síndrome de Asperger e transtorno desintegrativo da infância.

Pessoas com deficiência – São aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Plano Nacional de Educação (PNE) – Decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e que estará em vigor até 2024. Ele determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos.

Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 16 – Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 04 – Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Pátio coberto ou descoberto – Espaço coberto ou descoberto, cercado por elementos de construção, com área que permite a realização de atividades recreativas ou outras, ligado a outros recintos e ao exterior por meio de corredores, entradas ou pórticos, não se confundindo com quadra de esportes, áreas de passagens ou corredores.

Quadra de esportes – Área coberta ou descoberta, com terreno demarcado e preparado para a realização de determinadas práticas esportivas, como jogos de basquete, tênis, vôlei, futsal, entre outras. Não é necessário que tenha as dimensões oficiais, mas deve atender à finalidade a que se destina.

Rede de ensino – Fonte financeira da escola. A rede pública é mantida pelo Poder Público (Federal, Estadual ou Municipal). A rede privada é mantida por entes privados.

Sala de leitura – Espaço reservado aos alunos para consultas, leituras e estudos.

Taxa de distorção idade-série – Expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

Tempo integral – Tempo de permanência na escola igual ou superior a sete horas diárias (calculado somando-se a duração da escolarização com a duração da atividade complementar).



CC BY-NC

VENDA PROIBIDA

